



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

30 de setembro
01° e 02 de outubro
de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>
DATA <i>02 / 10 / 2017</i>	<i>01</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input checked="" type="checkbox"/> Negativa	

Crise institucional

Promotor ligado a Dino ataca juízes e defensoria

Paulo Roberto Barbosa Ramos, que assinou o Caso Sefaz sob orientação do governador, atraiu a ira de juízes, defensores e políticos. **POLÍTICA 3**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 02 / 10 / 2017	03	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input checked="" type="checkbox"/> Negativa	

Promotor ligado a Dino ataca juizes, defensoria e gera crise institucional

Paulo Roberto Barbosa Ramos, que assinou o Caso Sefaz sob orientação do governador comunista, atraiu a ira de juizes, defensores públicos e políticos



Promotor Paulo Roberto Ramos tem causado furor no Judiciário

MARCO AURÉLIO DEÇA
Editor de Política

O promotor de justiça da Vara da Fazenda Pública de São Luís, Paulo Roberto Barbosa Ramos, causou furor nos meios jurídicos do Maranhão com postagens em sua página pessoal de redes sociais no fim de semana. Ele agrediu juizes, atacou a Defensoria Pública e pregou "um outro Judiciário" no país.

Barbosa ficou famoso no estado após aceitar assinar, como sendo de sua autoria, uma representação toda elaborada pela Secretaria de Transparência do governo Flávio Dino (PCdoB) contra adversários do comunista. Por conta de sua atuação vinculada ao governo, ele responde à representação da advogada Ana Graziella Neiva, tanto no âmbito do Judiciário quanto no Conselho Nacional do Ministério Público.

Em suas postagens no fim de semana, o promotor sugeriu que defensores estão "a serviço do crime".

e propôs a extinção da Defensoria Pública. Também defendeu a criação de outro Judiciário para moralizar o Brasil e incitou a revolta contra a classe política.

"Essa Defensoria Pública é ridícula. Deram status demais a essa instituição que defende a desordem", atacou Paulo Roberto Ramos.

Repúdio

Os ataques do promotor dinista geraram pelo menos uma reação imediata. O presidente da Associação dos Defensores Públicos do Maranhão (ADPE-MA), Murilo Guazzelli, emitiu no mesmo sábado, 30, uma nota de repúdio contra a série de posts de Paulo Roberto Barbosa Ramos.

Além da nota, a associação vai também representar contra o promotor na Corregedoria do MPMA e no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

"Não descartamos, também, uma ação de reparação de danos na Justiça. Mas isso ainda será avaliado", afirmou. ●

REAÇÃO

Nota de Repúdio ao promotor Paulo Ramos

A Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA) repudia a conduta ofensiva do promotor de justiça Paulo Roberto Barbosa Ramos, por meio de suas redes sociais, em desfavor dos Defensores Públicos e da própria Defensoria Pública.

É lamentável que, além de querer fazer crer que a Defensoria Pública é promotora de desperdício dos recursos públicos, tenha classificado uma Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e expressão e instrumento do regime democrático, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, como sendo uma "instituição a serviço do crime"; "ridícula" e "que defende a desordem". Apesar destes desarrazoados ataques e ofensas, ressalte-se que estes não foram os primeiros em desfavor da Defensoria Pública, já tendo ele se referenciado aos Defensores Públicos como gente maluca, que não teriam mesmo o que fazer ou que queriam aparecer, além do uso da expressão "profissionais" entre aspas para atribuir tom pejorativo à sua fala. Se não bastasse, o promotor Paulo Roberto ainda ataca em conjunto o Poder Judiciário e a Defensoria Pública, como se fossem instituições desmoralizadas, além de mencionar que esta última pretende repetir "vícios" do primeiro.

Por oportuno, porém, a ADPEMA ressalta que em recente pesquisa a Defensoria Pública é apontada por 92,4% da população brasileira como a instituição mais importante para a sociedade. Essa foi uma das conclusões do Relatório da Pesquisa de Satisfação e Imagem do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), divulgado no dia 13/09/2017, ao qual o mesmo promotor está vinculado.

Devemos deixar consignado, também, que a Defensoria Pública do Estado do Maranhão mantém sua total atenção e respeito ao modelo constitucionalmente previsto para a assistência jurídica integral e gratuita, que inclusive conta com diretrizes internacionais, a exemplo da Resolução 67/187, aprovada em dezembro de 2012, pela Assembleia Geral da ONU, e reforçada pela Declaração de Joanesburgo (África do Sul), ocorrida em junho/2014, e da Resolução AG/RES nº 2887/2016 OEA, aprovada durante o 46º Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, que ocorreu em Santo Domingo (República Dominicana), em junho/2016.

Vale lembrar, por derradeiro, que a Defensoria Pública do Estado do Maranhão é ganhadora de dois "Prêmio Inovare" (2016 e 2014), tido como o maior reconhecimento ofertado pela justiça brasileira, exatamente pela excelência de seus serviços ofertados para a população maranhense.

A ADPEMA compreende não ser esta postura pessoal e isolada a que representa a tão honrosa instituição do Ministério Público, integrante do sistema de justiça ao lado da Defensoria Pública e do Poder Judiciário. Por fim, a ADPEMA reitera o seu repúdio às ofensas promovidas pelo promotor de justiça Paulo Roberto Barbosa Ramos, em desfavor dos Defensores Públicos e da própria Defensoria Pública do Estado do Maranhão e esclarece que adotará as medidas jurídicas cabíveis contra tais agressões que, pela sua natureza, atingem toda a Defensoria Pública.

Murilo Carvalho Pereira Guazzelli
Presidente ADPEMA

COLUNA ESTADO MAIOR

Afronta

Promotor que assinou o Caso Sefaz sob as ordens do governador Flávio Dino, Paulo Roberto Ramos parece incansável na arte de gerar atritos institucionais.

Ele agora ataca diretamente a Defensoria Pública e diz que os advogados que compõem esse tipo de serviço público dão força ao crime.

A posição do promotor atrelado ao governo gerou nota de repúdio da Associação de Defensores Públicos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 01/02/10 / 2017	3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

CURURUPU E SERRANO DO MARANHÃO

Ministério Público do Maranhão ajuizou, em 26 de setembro, duas Ações Cíveis Públicas (ACPs) de obrigação de fazer, solicitando o bloqueio liminar de 60% dos valores transferidos aos Municípios de Cururupu e Serrano do Maranhão, referentes aos Fundos de Participação dos Municípios (FPM) e de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), além do ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

O objetivo é garantir o pagamento dos salários atrasados do mês de agosto deste ano dos servidores municipais.

Segundo o autor das ações, o promotor de justiça Francisco de Assis Silva Filho, as prefeituras recebem periodicamente recursos do FPM, Fundeb, Fundo Municipal de Saúde (FMS) e Sistema Único de Saúde (SUS).

No período de 1º de agosto a 26 de setembro, a conta de Serrano do Maranhão possuía R\$ 2.750.970,84, resultantes de transferências destas fontes. Em Cururupu, o Poder Executivo municipal recebeu o montante de R\$ 5.975.012,96.

Para o representante do MPMA, o bloqueio é necessário porque há a possibilidade de que os recursos disponíveis nas contas do Município sejam utilizados em outras despesas, deixando os cofres municipais sem condições para pagar os salários atrasados dos servidores.

O Ministério Público pede, ainda, que sejam encaminhadas, em 48 horas, as folhas de pagamento referentes ao mês de agosto ao Banco do Brasil, onde o Município mantém conta.

A multa por descumprimento requerida é de R\$ 1 mil diários por salário atrasado.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>30/09/2017</i>	<i>01</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

SEFAZ, MPE E POLÍCIA RECUPERAM R\$ 64 MILHÕES DESVIADOS DO MARANHÃO

Empresas de outros estados são intimadas a pagar R\$ 6 milhões em impostos ao Estado

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), em parceria com o Ministério Público e Polícia Civil, recuperou R\$ 64 milhões de imposto desviados do Maranhão, decorrentes de mais uma organização criminosa envolvendo várias empresas, principalmente do Estado de Goiás, que simulavam compra e venda de grãos de soja e milho.

Por outro lado, cento e nove empresas de outros estados realizaram vendas para consumidores finais maranhenses informando nas Notas Fiscais de vendas que estavam formalizando a retenção do ICMS devido ao Estado, mas não recolheram o tributo, no valor de R\$ 6 milhões. Todas foram intimadas.

PÁG. 3 [C1]



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 30 / 09 / 2017	03		

Sefaz, Ministério Público e Polícia Civil recuperam R\$ 64 milhões desviados do MA

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), em parceria com o Ministério Público e Polícia Civil, recuperou R\$ 64 milhões de impostos desviados do Maranhão, decorrentes de mais uma organização criminosa envolvendo várias empresas, principalmente do Estado de Goiás, que simulavam compra e venda de grãos de soja e milho.

A empresa pertencente ao Estado de Goiás, que atuava na região de Balsas, já foi notificada e efetuou o parcelamento do débito, pagando a primeira parcela. O responsável pela fraude fiscal foi identificado e preso pela Polícia Civil do Maranhão e encaminhado para penitenciária de Pedrinhas.

A operação de fiscalização e investigação é mais uma ação conjunta da Secretaria de Estado Fazenda com o Ministério Público, Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor). Em agosto, a mesma organização revelou um esquema criminoso denominado Operação Paraíso Fiscal que identificou e prendeu líderes de organização criminosa em Goiânia. As empresas de fachada foram registradas no Maranhão, Pará, Piauí e Bahia, e, mediante a emissão de notas fiscais eletrônicas falsas, simulavam a venda de grandes quantidades

de soja para a Agropecuária MCD LTDA, registrada no Maranhão e supostamente localizada em São João do Paraíso. A empresa vendia grãos de milho a empresas de outros estados e com os créditos tributários sonegava o pagamento dos impostos. A Receita Estadual do Maranhão detectou, entre março de 2014 e novembro de 2016, 828 operações de simulação de compra de soja com as firmas de fachada, totalizando R\$ 176.711.498,00. A Agropecuária MCD realizou 11.561 operações interestaduais de venda de milho, no valor de R\$ 212.935.854,00.

Empresas de outros estados são intimadas a pagar R\$ 6 milhões em impostos ao Maranhão

Cento e nove empresas de outros estados, especialmente do Sul e Sudeste, realizaram vendas para consumidores finais maranhenses informando nas Notas Fiscais de vendas que estavam formalizando a retenção do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido ao Estado do Maranhão, porém não efetuaram o devido recolhimento do tributo no valor de R\$ 6 milhões.

Todas as 109 empresas foram intimadas pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) a realizarem o pagamento do imposto devido,

sendo concedido prazo de 20 dias para o pagamento sem acréscimo de multa. Após esse prazo, será lavrado auto de infração com aplicação de 100% de multa do imposto devido. A cobrança do ICMS devido por empresas de outros estados resulta das suas vendas de mercadorias e prestações de serviços a consumidores finais não contribuintes do ICMS do Estado do Maranhão, em decorrência da Emenda Constitucional nº 87/2015. De acordo com essa emenda, nas vendas interestaduais, os estabelecimentos localizados em outros estados que destinarem mercadorias ou serviços a não contribuinte do ICMS, no Maranhão, por exemplo, deverão recolher para o Estado 60% do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna deste Estado e a alíquota interestadual.

As compras realizadas pelos consumidores maranhenses eram feitas pelas internet, catálogos, encomendas, dentre outros. A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) identificou a irregularidade fiscal por meio de cruzamento de dados das notas fiscais eletrônicas com as respectivas arrecadações das empresas relativas a estas operações. De acordo com a Sefaz, o contribuinte estabelecido em outro estado que faz vendas ao consumidor final, poderá solicitar inscrição especial no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Maranhão, para recolher o imposto por período, até o dia 15 do mês subsequente às operações. Todas as empresas intimadas não cumpriram com a obrigação de recolher o imposto devido, conforme previsto na legislação.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

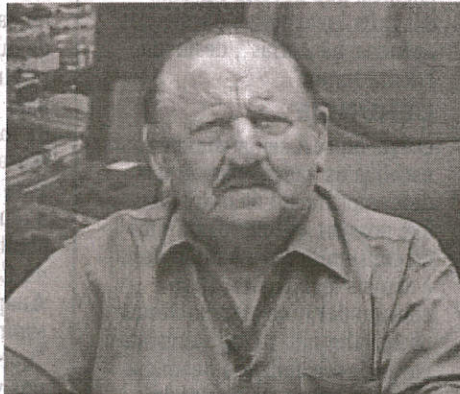
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 30 / 09 / 2017	03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Zé Vieira e vice Florêncio são cassados pela Justiça Eleitoral em Bacabal

O prefeito de Bacabal, José Vieira, e seu vice Florêncio Neto foram cassados, nesta quinta-feira, pela juíza Daniela de Jesus Bonfim Ferreira, da 13ª Zona Eleitoral. A decisão foi publicada no Diário Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA). A magistrada tomou a decisão em uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral que Vieira e Florêncio, então candidatos a prefeito e vice de Bacabal, respectivamente, de abuso de poder político e econômico nas eleições do ano passado. O prefeito e seu vice estão também inelegíveis pelos próximos oito anos, a contar do ano de 2016, referente às eleições municipais. José Vieira e Florêncio Neto devem recorrer da decisão, segundo apurou o Jornal Pequeno. Essa é a segunda derrota de Zé Vieira somente nesta semana. Na quarta-feira (27), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou, em julgamento conjunto da Primeira e Segunda Turmas, que o prefeito de Bacabal está com os direitos políticos suspensos desde março do ano passado. O acórdão confirma uma decisão monocrática que havia sido dada pelo relator do caso, ministro Napoleão Filho, em março deste ano.

ARQUIVO



Zé Vieira sofreu segunda derrota na Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>30 / 09 / 2017</i>	<i>06</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Judiciário penaliza construtora que não cumpriu contrato em Timon

Construtora deve restituir cliente por causa de atraso em entrega de imóvel, bem como rescindir o contrato. Esse é o entendimento da sentença proferida pelo Judiciário em Timon, em ação movida por I. V. S. e que teve como réus à RR Construtora e Imobiliária e R. C. Dias. Na ação de rescisão contratual e pedido de indenização por danos morais, o autor alega que firmou, junto à demandada, contrato particular de proposta de compra e venda de imóvel integrante do Empreendimento Solaris Rio Resort Residence, cuja entrega era prevista para janeiro de 2016 (já inclusa a cláusula de tolerância de 6 meses), prazo este não cumprido pela requerida. Destaca ainda na ação que, em razão do referido atraso, desistiu da aquisição do imóvel e por isso

requeriu a rescisão do contrato, a devolução de dos valores pagos em dobro, o pagamento de alugueis ao autor e indenização por danos morais. “Com a peça vestibular vieram os documentos. Em decisão, foi adequado ‘ex officio’ o valor da causa, deferido os benefícios da justiça gratuita, bem como, deferida parcialmente a tutela de urgência postulada. Na oportunidade, ainda, foi designada audiência de conciliação/mediação e determinada a citação do requerido. Contestação e documentos apresentados pela requerida, pugnando pela improcedência de todos os pedidos formulados na inicial, diz o relatório da Justiça. Para o Judiciário, é um caso de relação de consumo, sobre a qual incide

a aplicação da Lei nº. 8.078/90, na qual foi deferida a inversão do ônus probatório em favor do autor, cabendo aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor. “Passando, então, ao mérito da causa, constata-se que a autor pretende a rescisão do contrato particular de promessa de compra e venda de imóvel firmado com a requerida, a devolução em dobro dos valores pagos, o pagamento de alugueis e indenização por danos morais, sob a alegação de atraso na entrega da referida obra. O contrato em análise dispõe expressamente que o preço total da promessa de compra e venda era de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), a ser pago da seguinte forma: a) 120 (cento e vinte) parcelas no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos

reais); b) 01 (uma) parcela no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois reais) na entrega das chaves (prevista para julho de 2015, consoante Cláusula III)”, diz a sentença. A sentença finaliza condenando o requerido na restituição simples da quantia paga pelo autor, descontados os encargos rescisórios previstos na avença para o caso de culpa do promitente vendedor, atualizado pelo IGP-M desde o desembolso e acrescidos de juros de 1% ao mês desde a citação e enfatiza que, pelos motivos relatados, é prudente indeferir os pedidos de pagamento de alugueis e indenização de danos morais. A sentença é do dia 21 de setembro e foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 28 de setembro.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> -Internet / Blog	
DATA <i>30/09/2017</i>	<i>06</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MPMA constata maus-tratos a duas crianças em Cajapió

Flagrado pelo Conselho Tutelar, na manhã de quinta-feira, 28, cometendo crime de maus-tratos contra dois filhos, de quatro e nove anos, um casal, residente no município de Cajapió, está sendo investigado pelo Ministério Público do Maranhão. Uma das crianças estava acorrentada, a outra, amarrada.

A titular da Comarca de São Vicente Férrer (da qual Cajapió é termo judiciário), promotora de justiça Alessandra Darub Alves, requisitou a instauração de inquérito à Polícia Civil e irá pedir a prisão preventiva dos pais. Ela também vai propor uma ação solicitando a perda do poder familiar do casal sobre os filhos e, ainda, o abrigo das crianças em São Luís.

A promotora de justiça informou que o Conselho Tutelar já havia recebido várias denúncias de maus-tratos supostamente cometidos pelo referido casal, mas nunca havia conseguido atestar alguma situação de violência.

No momento da vistoria do Conselho Tutelar, somente o pai estava na casa de taipa da família, localizada na sede do município. Uma das crianças informou que a mãe teria cometido a violência, tendo o pai mantido as crianças presas.

Após a soltura dos irmãos, ordenada pelo MPMA, Alessandra Darub inspecionou a residência no período da tarde. As crianças estão, no momento, sob os cuidados da avó materna, até que haja decisão judicial.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 01 / 10 / 2017	9	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Eleição para Conselho Superior do Ministério Público será eletrônica

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) realizará, nesta segunda-feira (2), a eleição para o Conselho Superior do Ministério Público para o biênio 2017-2019. A votação ocorrerá de forma eletrônica, das 8h às 15h, através do link <https://voto.mpma.mp.br>. Também será possível acessar o

link pelo celular e pelo banner disponível no site institucional. A votação é restrita aos membros do MPMA. A Coordenadoria de Modernização e Tecnologia de Informação do MPMA desenvolveu e testou o sistema para realizar a votação de forma eletrônica.

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, destaca que “a votação eletrônica é uma forma mais dinâmica, segura e econômica. Estamos investindo em tecnologia para modernizar nossos processos e diminuir custos. Ninguém precisará se deslocar de um lugar para outro apenas para votar, sendo possível participar até mesmo pelo celular.” Na manhã de segunda-feira, o procurador-geral de justiça

fará a abertura oficial da eleição e emitirá a zerésima, o comprovante de que nenhum voto foi computado antes do início da votação. Os procuradores de justiça Carlos Jorge Avelar Silva, Domingas de Jesus Fróz Gomes, Francisco das Chagas Barros de Sousa, Mariléa Campos dos Santos Costa e Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf são os candidatos ao Conselho Superior do Ministério Público.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Aconteceu</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>01/10/2017</i>	<i>02</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa



Eleição eletrônica para o Ministério Público

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) realizará, amanhã, a eleição para o Conselho Superior do Ministério Público para o biênio 2017-2019. A votação ocorrerá de forma eletrônica, das 8h às 15h, através do link <https://voto.mpma.mp.br>. Também será possível acessar o link pelo celular e pelo banner disponível no site institucional. A votação é restrita aos membros do MPMA. A Coordenadoria de Modernização e Tecnologia de Informação do MPMA desenvolveu e testou o sistema para realizar a votação de forma eletrônica. Na manhã desta segunda-feira, o procurador-geral de Justiça fará a abertura oficial da eleição e emitirá a zerésima, o comprovante de que nenhum voto foi computado antes do início da votação. Os procuradores de Justiça Carlos Jorge Avelar Silva, Domingas de Jesus Fróz Gomes, Francisco das Chagas Barros de Sousa, Mariléa Campos dos Santos Costa e Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf são os candidatos.



A votação eletrônica é uma forma mais dinâmica, segura e econômica. Estamos investindo em tecnologia para modernizar nossos processos e diminuir custos



Luiz Gonzaga Martins Coelho,
procurador-geral de Justiça,
sobre a votação eletrônica no
Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>30 / 09 / 2017</i>	<i>06</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
NOTA TÉCNICA SOBRE MONITORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE BALNEABILIDADE DAS PRAIAS

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA informa, abaixo, as condições de Balneabilidade das praias de parte da Região Metropolitana de São Luís, resultante dos laudos laboratoriais emitidos pelo Laboratório de Análises Ambientais – LAA, desta Secretaria.

O presente laudo refere-se à ação de monitoramento realizada no período de 27/08/2017 a 24/09/2017, integrando a série de acompanhamento semanal das condições de balneabilidade das praias da Ilha do Maranhão.

Para o presente laudo, foram coletadas e analisadas amostras de água de 21 (vinte e um) pontos distribuídos nas praias da Ponta d'Areia, São Marcos, Calhau, Olho d'Água, Praia do Meio e Araçagy. A ação foi empreendida por técnicos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA. O monitoramento obedece aos padrões fixados na Resolução CONAMA nº 274/00. Os resultados qualitativos resultantes dessa etapa do monitoramento são os seguintes:

PONTOS	COORDENADAS	LOCALIZAÇÃO	REFERÊNCIA	CONDIÇÃO
P01	S 02° 30.656' W 44° 19.676'	Praia da Ponta D' areia	Ao lado do Forte Santo Antonio	PRÓPRIO
P1.1	S 02° 30.016' W 44° 18.743'	Praia da Ponta D' areia	Atrás do Hotel Praia Mar	PRÓPRIO
P1.2	S 02° 29.866' W 44° 18.559'	Praia da Ponta D' areia	Atrás do Bar do Dodó	PRÓPRIO
P2	S 02° 29.396' W 44° 18.287'	Praia da Ponta D' areia	Em frente a Praça de Apolo ao Banhista	IMPRÓPRIO
P2.1	S 02° 29.499' W 44° 18.424'	Praia da Ponta D' areia	Em frente ao Edifício Herbene Regadas	IMPRÓPRIO
P2.2	S 02° 29.498' W 44° 18.423'	Praia da Ponta D' areia	Em frente ao Hotel Brisa Mar	IMPRÓPRIO
P2.3	S 02° 29.498' W 44° 18.049'	Praia de São Marcos	Em frente aos Bares Do Chef e Marlene's	PRÓPRIO
P2.4	S 02° 29.340' W 44° 17.289'	Praia de São Marcos	Em frente a Barraca da Marcela	PRÓPRIO
P03	S 02° 29.124' W 44° 17.049'	Praia de São Marcos	Em frente ao Agrupamento Batalhão do Mar	PRÓPRIO
P3.1	S 02° 29.302' W 44° 16.833'	Praia de São Marcos	Em frente ao IPEM e ao Bar Kalamazoo	PRÓPRIO
P3.2	S 02° 29.076' W 44° 15.815'	Praia de São Marcos	Foz do Rio Calhau	PRÓPRIO
P04	S 02° 28.557' W 44° 15.350'	Praia do Calhau	A direita da elevatória II da CAEMA	PRÓPRIO
P4.1	S 02° 29.004' W 44° 15.261'	Praia do Calhau	Em frente a Pousada Tambaú	PRÓPRIO
P4.2	S 02° 29.004' W 44° 15.261'	Praia do Calhau	Em frente ao Bar Malibu	PRÓPRIO
P05	S 02° 28.479' W 44° 14.157'	Praia do Olho d'Água	A direita da Elevatória Pimenta I	PRÓPRIO
P06	S 02° 28.396' W 44° 13.335'	Praia do Olho d'Água	A direita da Elevatória Iemanjá II	PRÓPRIO
P07	S 02° 28.223' W 44° 12.659'	Praia do Meio	Em frente ao Bar do Capiau	PRÓPRIO
P08	S 02° 28.078' W 44° 12.303'	Praia do Meio	Em frente ao Bar da Praia	PRÓPRIO
P09	S 02° 27.847' W 44° 11.734'	Praia do Araçagy	Em frente ao Fatima's Bar	PRÓPRIO
P10	S 02° 27.813' W 44° 11.452'	Praia do Araçagy	Em frente ao Bar Novo Point	PRÓPRIO
P11	S 02° 27.769' W 44° 11.245'	Praia do Araçagy	Em frente ao Bar do Isaac	PRÓPRIO

SÃO LUÍS (MA), 28 DE SETEMBRO DE 2017

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
Av. do Holandeses, nº 04, Quadra 06, Ed. Manhattan, Calhau.
São Luís – MA CEP 65.071-380



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>30 / 09 / 2017</i>	<i>06</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

São Francisco do Maranhão Ex-presidente da Câmara é condenado por irregularidades na gestão

O ex-presidente da Câmara Municipal de São Francisco do Maranhão, Leôncio Bezerra, teve mantida a condenação que lhe foi imposta, de perda da função pública, caso a exerça, além da suspensão dos direitos políticos por três anos, proibição de contratar com o Poder Público pelo mesmo prazo e pagamento de multa equivalente a 12 vezes o valor da remuneração média recebida à época dos fatos, em 2008. A decisão foi da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que manteve sentença de primeira instância. De acordo com a decisão, ficaram comprovadas, inclusive no Tribunal de Contas do Estado, várias irregularidades praticadas pelo então gestor. Dentre elas, o TCE apontou a não apresentação dos itens exigidos em anexo da Corte de contas; diferença entre o saldo financeiro apurado e o contabilizado; dispensa indevida de procedimento licitatório; ausência do plano de carreira, cargos e salários; percentual de aplicação com folha de pagamento superior ao limite

constitucional; ausência de retenção e recolhimento do INSS e empenho e pagamento das obrigações patronais; escrituração contábil, responsabilidade técnica e agenda fiscal.

O ex-gestor alegou, na apelação ao TJMA, que fez provas nos autos do recolhimento mensal das contribuições previdenciárias; que houve dupla condenação ao pagamento de multa pela irregularidade na prestação de contas; e que não pode ser responsabilizado por tal irregularidade, pois a prestação das contas da Casa Legislativa sempre ficou a cargo da contadora contratada pela Câmara Municipal. O desembargador Marcelino Everton (relator) constatou que o então presidente da Câmara Municipal teve suas contas desaprovadas pelo TCE por prática de atos ilegais, ilegítimos e antieconômicos. Disse que os documentos juntados aos autos são provas hábeis a dar suporte à ação de improbidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
DATA 30/09 e 01/10 / 2017	02	

Transexuais vão à Justiça para alterar nome e gênero

Presidente da Associação Maranhense de Travestis e Transexuais, Andressa Sheron Dutra pediu a alteração do nome e gênero para o feminino e afirma que quase todos os 100 associados desejam fazer a mudança

Para fazer a alteração do prenome e do gênero no registro de nascimento, as travestis e os transexuais submetidos ou não a cirurgia de mudança de sexo precisam recorrer à Justiça. No Judiciário maranhense, tramitam vários processos dessa natureza, e já foram proferidas, inclusive, decisões determinando aos cartórios a alteração no registro civil para uso do nome social por pessoas que ingressaram com o pedido. Em São Luís, são competentes para análise desses casos 2ª, 3ª e 8ª Varas Cíveis que funcionam no Fórum Desembargador Sarney Costa Calhau.

R.M.M., em seguimento à Justiça a alteração do prenome no registro (assentamento), de nascimento e mudança do sexo masculino para o feminino. À parte, autor alega ter nascido com corpo fisiológico masculino, mas cresceu e desenvolveu-se como mulher. No pedido, junto à 3ª Vara Cível de São Luís, ressaltou que todos os documentos pessoais (RG, CPF, Título Eleitoral) foram expedidos com base no registro de nascimento, no qual consta a designação de sexo masculino, o que lhe causava grandes transtornos, já que não condiziam com sua aparência física.

O juiz que proferiu a sentença, em agosto de 2016, Cleio Góes Cunha, integrante da Comissão Sentenciadora itinerante, deferiu a abertura do cartório de registro civil a alteração no registro de nascimento, para a adição do nome social (nome pelo qual os transexuais e travestis são chamados cotidianamente, em contraste com o oficialmente registrado, que não reflete sua identidade de gênero). Na decisão, o magistrado afirmou que as provas constantes nos autos e aquelas colhidas em audiência foram suficientes para o julgamento da procedência do pedido.

Para o juiz, afirmou Marcelo Oka, atuando na 3ª Vara Cível da capital, o tema é bastante polêmico e não há no Brasil lei específica que discipline o assunto, ao contrário de países como Argentina e Uruguai, que facilitam a alteração de nome e de gênero



Marcelo Oka, juiz auxiliar da 3ª Vara Cível de SL



Defensora Lindeuária Martins propôs ação

no registro civil de transexuais. "A jurisprudência já está reconhecendo esse tipo e a nossa legislação tende a disciplinar essa situação", acrescentou, citando casos de tribunais em que esse direito foi garantido, a determinando entendimento firmado pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao acolher um pedido de modificação de prenome e de gênero de transexual que apresentou avaliação psicológica pericial para demonstrar identificação social como mulher.

No Maranhão, em processo sob a relatoria do desembargador Antonio Cozeres Junior, a 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, em novembro de 2016, reformou decisão da Justiça de 1ª grau e julgou procedente pedido de uma transexual, determinando que o cartório procedesse a alteração do seu prenome e do gênero de masculino para feminino, independentemente da realização de cirurgia de redesignação sexual. A requerente recorreu da sentença de primeira instância, que concedeu parcialmente o pedido para alterar apenas o prenome, não tendo deferido a alteração do gênero em razão de não ter havido cirurgia de

transgenitalização.

Já em abril de 2014, o juiz Gustavo Henrique Silva Medeiros, na época auxiliar da 3ª Vara Cível de São Luís, deferiu o pedido de S.S.S., determinando a retificação na certidão de nascimento passando o nome do requerente a ser M.T.S.S., além da mudança de sexo do masculino para o feminino.

Atualmente, tramitam em todo o Maranhão 5.484 processos referentes à restauração de registro de nascimento e casamento, registro de nascimento e também de retificação ou alteração de nome e de sexo. Nas três Varas Cíveis de São Luís, responsáveis pelo registro civil, são 162 pedidos.

Dignidade

Marcelo Oka explicou que a Lei nº 6.015/73 (Lei dos Registros Públicos) disciplina as normas gerais para o registro de nascimento, casamento e óbito, trata dos casos de retificação, restaurações e suprimentos no registro civil, mas não prevê o caso dos transexuais e travestis. Ele explicou que o nome da pessoa é imutável, de modo que essa alteração somente pode ser deferida em situações excepcio-

nais, especialmente porque a modificação do nome e do gênero acarretará repercussão em toda a vida pregressa e futura dessa pessoa, devendo o magistrado analisar sempre o caso concreto, visando não apenas a satisfação de interesse pessoal do autor da ação, mas preservando a segurança pública e buscando a efetivação do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

O magistrado cita dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, mostrando que houve um aumento de 166% do número de denúncia de homofobia entre 2011 e 2014. "A possibilidade de se alterar o nome da pessoa de um sexo para outro pode contribuir para mitigar de uma situação de vulnerabilidade e para sua inserção no meio social", ressaltou.

A presidente da Associação Maranhense de Travestis e Transexuais, Andressa Sheron Dutra, que também pediu a alteração do seu nome e gênero para o feminino, disse que quase todos os associados desejam fazer essa mudança também. A entidade tem 100 membros, a maioria do sexo feminino.

"Nem me lembro se vivi alguma fase de menino"

O travesti K.S.D., 31 anos, procurou o Núcleo de Defesa da Mulher e da População (LDPE) da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA), em São Luís, para que o insinuasse a mudança de prenome e de gênero masculino para o feminino. Conta que desde a infância se reconhece pela identidade de gênero feminino e que aos sete anos de idade passou a utilizar o nome de menina, a gostar de vestimentas femininas e, aos 12, assumiu socialmente a sua identidade de mulher e a usar hormônios.

"Nem me lembro se vivi alguma fase de menino", afirma. Disse também que na infância e adolescência sofreu bullying na escola, que sempre foi alvo de preconceito e ainda enfrenta uma certa resistência por parte da família.

Nos relatos psicológico e social, K.S.D. registra que já foi vítima de várias situações de violência e chegou a pensar diversas vezes em suicídio, "como um desejo momentâneo de sentir para que, assim, acabasse todo o seu sofrimento". A requerente pede à Justiça a mudança de nome para K.S.D. e de gênero para feminino, sem que lhe seja exigida uma cirurgia de transgenitalização, como garantem os enunciados nº 42 e 43, aprovados na Comissão de Direitos da Saúde do Conselho Nacional de Justiça (2014).

SAIBA MAIS

O que diz a lei

A Lei de Registros Públicos (nº 6.015/73) possibilita alteração no nome do indivíduo, mas o interesse público limita às seguintes hipóteses: nome vexatório, erro gráfico e equívocos registrários, homonímia, pessoas que estão no programa de proteção a vítima e testemunhas e também a substituição por nome em que os portadores

História semelhante vive o transexual E.S.R., 14 anos, que também buscou o apoio da Defensoria para mudar seu nome para N.S.R. e o gênero para feminino. Afirma ser conhecida no meio social e familiar como mulher e se sente constrangida quando tratada por seu nome registral e chamam por "señor" em locais públicos. Gama, ainda, que desde os sete anos de idade começou a se perceber como menina, brincava com bonecas, se vestia como menina quando estava sozinha em casa e passou a deixar o cabelo crescer e usar óculos escuros femininos aos 19 anos. Depois que foi mo-

strado publicamente conhecido.

Para isso, o interessado deve requerer judicialmente, mostrando as razões das alterações ou retificação do nome e, após todo o procedimento fiscalizado inclusive pelo Ministério Público, juiz decidirá. O nome também pode ser mudado em caso de adoção de um menor (Lei 12.010/2009).

ra sozinha, teve conhecimento sobre transição hormonal e começou a ingerir hormônios sem acompanhamento médico. Disse ser resolvida com seu corpo, não tendo interesse em fazer a cirurgia de redesignação sexual. Ganha que só não sofreu mais porque seu pai lhe ofereceu apoio.

A defensora pública Lindeuária Martins, que propôs a ação judicial, disse que o interessado deseja apenas formalizar uma situação que já vive, sem que seja necessária a realização de uma cirurgia de mudança de gênero. Ela explicou que a alteração do nome e do gênero de um transexual ou travesti é uma situação que pode ser deferida em situações excepcionais, especialmente porque a modificação do nome e do gênero acarretará repercussão em toda a vida pregressa e futura dessa pessoa, devendo o magistrado analisar sempre o caso concreto, visando não apenas a satisfação de interesse pessoal do autor da ação, mas preservando a segurança pública e buscando a efetivação do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.



Andressa Sheron Dutra pediu a alteração do nome e gênero

documentos apresentados.

Segundo a defensora, a permanência de um nome masculino nos documentos pessoais da parte autorizada com que a mesma sofre diversas discriminações e dificuldades nos locais que frequenta, como hospitais, consultórios médicos, lojas e bancos, vem ocorrendo anteriormente a sua vida privada, em razão do prenome masculino, em absoluta desconformidade com sua aparência feminina.

Lindeuária Martins explicou que o procedimento proposto pela DPE é semelhante aos requerimentos para realização de estudo social e estudo psicológico que servem como base para a realização do pedido na Justiça. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 30/09 e 01/10 / 2017	06		

Disputa por atendimento expõe caos na saúde pública do MA

Ação desenvolvida pelo Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA) provocou grande fila de pacientes em busca de atendimento gratuito na área vascular; apenas 400 senhas foram disponibilizadas

A grande fila e a disputa por uma senha para atendimento vascular durante ação desenvolvida pelo Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA), na quinta, 28, e sexta-feira, 29, expuseram as deficiências do sistema de saúde do Maranhão. Isso se deu pelo fato de que o número de senhas disponíveis para atendimento era de apenas 400. Entretanto, na manhã de sexta, mais de mil pessoas ficaram nas filas desde a madrugada para tentar garantir a consulta, que era gratuita.

Na sexta, 29, mais de mil pessoas nas filas

No primeiro dia, 375 pessoas foram atendidas

A demora em resolver problemas de saúde fez com que a aposentada Maria da Silva Tavares, de 75 anos, tivesse um dos dedos amputado. "A gente procura os médicos para eles nos darem um tratamento e quando chegamos ao hospital mandam voltar outra hora, mandam pra outro hospital e nunca resolvem nosso problema. Nisso, com mais de um ano



Centenas de pessoas se aglomeraram em fila para receber senhas de atendimentos no HU-UFMA

assim, tive que ter um dedo amputado por causa de diabetes. Já aqui cheguei desde 5h30min e não consegui sequer uma senha pra ser atendida", relatou.

No primeiro dia de ação social, o HU-UFMA atendeu 375 pes-

soas, segundo a organização, porque as outras 25 desistiram de esperar por atendimento. Nessas consultas, os profissionais ficaram até as 21h para poder atender toda a demanda.

Já ontem, 29, a expectativa era

de que ficassem até meia-noite para conseguir consultar todos os 400 que tinham senha, já que muitas pessoas, por mais que tivessem madrugado para conseguir uma consulta, não foram atendidas.

O doutor e chefe de Cirurgia

Vascular do HU-UFMA disse que esse fato serve de exemplo para chamar atenção do poder público. "É a necessidade do povo. Isso está mostrando que eles não estão conseguindo ser atendidos nos hospitais públicos por conta de uma

série de restrições que são impostas, e quando há uma ação do tipo todos correm para tentar garantir uma consulta. Vamos tentar fazer novas ações sociais do tipo. Não temos data marcada, mas faremos", relatou. ●

FALA, POVO

Alguns casos de pessoas que não conseguiram ser atendidas:

Fotos/Paulo Soares



"Eu estou doente e preciso muito desse atendimento. Estou desde muito cedo na fila e não consegui ser atendida. No hospital público, não conseguimos nunca esse atendimento"
Maria Guida, 73 anos, aos prantos



"A saúde está um caos. Esse governador precisa dar ao povo o atendimento que ele precisa. Eu sou doente, não posso ficar em fila de madrugada pra tentar consulta porque o sistema público não funciona"
Maria Leila Galvão, 57 anos, autônoma e muito chateada



"Estou debilitada. Não posso vir pela madrugada pra fila. Estou lutando muito tempo pra ser atendida, e no hospital particular é muito caro. No hospital público, nunca consigo"
Francisca Costa Ferreira, 75 anos



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 30/09 e 01/10 / 2017	04	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Maranhão é o maior fornecedor de mão de obra escrava do Brasil

22,85% dos resgatados do país são maranhenses e a maioria nasceu em Codó (MA), segundo o MPT; de 2003 a 2017, mais de 8 mil maranhenses foram resgatados de situação análoga à escravidão

BRASÍLIA

Levantamento do Ministério Público do Trabalho no Maranhão (MPT-MA), com base no Observatório Digital de Trabalho Escravo (SMARTLAB MPT / OIT), revela que, de 2003 a 2017, mais de 8 mil maranhenses foram resgatados de situação análoga à escravidão em outros estados da federação. Esse dado coloca o Maranhão em primeiro lugar no ranking nacional de fornecimento de mão de obra escrava.

O estudo mostra que, dos 43.428 resgatados em todo o país, 35.094 tiveram sua naturalidade identificada. Desse total, 22,85% afirmaram ter nascido no Maranhão (8.015 pessoas), o que garante uma média de um maranhense para cada cinco resgatados.

Estudo aponta 43.428 resgatados em todo o país

O município de Codó (MA) é o segundo maior fornecedor de mão de obra escrava do país, com 429 resgatados nascidos nessa cidade. O recordista é Amambal (MS), com 480 trabalhadores. Em terceiro lugar está São Paulo (SP), com 427 resgatados.

O balanço também constatou que o Maranhão lidera a estatística



Maranhão está em primeiro lugar no fornecimento de mão de obra escrava, segundo levantamento do MPT

nacional de resgatados residentes. Nesse caso, 18,35% dos resgatados de condições semelhantes à escravidão declararam morar em território maranhense. Codó também figura entre os cinco municípios do país com maior número de residentes resgatados, com 356 trabalhadores.

Repressão insuficiente

Segundo a procuradoria do trabalho que coordena o combate ao trabalho escravo no MPT-MA, Virgínia de Azevedo Neves, a realidade que obriga os trabalhadores a deixarem suas comunidades em busca de emprego em outras localidades não mudou.

"As pessoas continuam tendo que sair do Maranhão, pois não há oportunidades de emprego e renda para todos. Além disso, muitos resgatados de hoje voltam a ser vítimas do trabalho escravo amanhã".

Para Virgínia Neves, apenas a repressão não é suficiente para romper com esse ciclo. "O trabalho escravo é um problema social. Precisamos de ações coordenadas e políticas amplas, eficazes e fortes, que garantam a reinserção e a qualificação dos resgatados", lembra ela.

Acordo inédito

Uma das estratégias para transformar essa realidade foi a assi-

natura, em maio deste ano, de um termo de ajuste de conduta (TAC), inédito no país, com o governo do Maranhão, que se comprometeu em criar o programa estadual de enfrentamento ao trabalho em condições análogas a de escravo. O acordo possui 19 cláusulas que devem ser cumpridas até o dia 1º de março de 2018.

"Com esse instrumento, que tem força de uma sentença judicial, o Estado se compromete a implementar políticas públicas de combate ao trabalho escravo, assegurando direitos fundamentais aos trabalhadores", explica Virgínia.

O programa estadual prevê a

“O trabalho escravo é um problema social. Precisamos de ações coordenadas e políticas amplas, eficazes e fortes, que garantam a reinserção e a qualificação dos resgatados”

VIRGÍNIA DE AZEVEDO NEVES
Procurador do Trabalho

política de mobilização, prevenção e reinserção social das vítimas da exploração, com ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, trabalho, promoção de acesso à terra, qualificação profissional e emprego e renda.

Combate no Maranhão

Atualmente, o MPT-MA conduz 52 investigações dentro da temática do trabalho escravo em todo o estado. O órgão possui 65 ações civis públicas ativas na Justiça do Trabalho e acompanha o cumprimento de 72 termos de ajuste de conduta, que foram assinados pelos exploradores de mão de obra escrava em território maranhense. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 30 / 09 / 2017	02	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

DECISÃO.....

Justiça proíbe construções na Península

LUIS FURTADO

Construções na Península da Ponta d'Areia que dependam de autorização da Caema estão proibidas pela Justiça. Decisão do juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, proibiu o órgão de emitir "atestados de viabilidade técnica" para novos empreendimentos, residenciais ou comerciais. Motivo: não há rede de esgoto suficiente para a totalidade de efluentes que são emitidos na região.

A decisão foi motivada por Ação Civil Pública requerida pela Associação de Moradores da Península e publicada na última quinta-feira. Dentre os problemas listados na ação, estão vazamentos de esgotos derramados a céu aberto nas ruas, bem como despejo de efluentes sem tratamento em área de mangue.

Martins determina que a Caema se abstenha de emitir "atestados de viabilidade técnica" até que seja feita a regularização e ampliação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto na área da Península e adjacências. A decisão fixou multa de R\$ 50 mil para cada caso de emissão de carta de viabilidade em desacordo com a ordem.

Douglas Martins destacou que o pedido foi atendido para evitar maiores danos ao meio ambiente local. "Como já existem provas suficientes de que a atual estrutura da Caema não comporta nem os empreendimentos já existentes, não é razoável que eles continuem dando



A decisão foi motivada pela Associação de Moradores da Península



Quando a Caema aparece, é apenas para soluções paliativas, nada que resolva realmente a situação

Júlio Moreira,
advogado da
associação dos
moradores

carta de viabilidade para outros empreendimentos", disse.

Uma audiência de conciliação foi marcada para o dia 28 de novembro, data em que a situação pode mudar. Estarão presentes moradores, representantes da Caema, além da Prefeitura de São Luís.

O problema

Segundo o advogado Júlio Moreira, representante da Associação, o problema é grave. "Tem esgoto a céu aberto e, sobretudo no período de chuvas, você observa a olho nu. A água que é proveniente de chuvas se mistura ao esgoto e é despejada direto no mangue. Quando a Caema aparece, é apenas para soluções paliativas, nada que resolva realmente a situação".

Moreira é morador da região e resolveu se unir à Associação pela busca de soluções por parte da Caema. "Todas as residências, prédio comerciais e residenciais estão sendo prejudicados por essa situação. Isso mexe com a saúde pública e meio ambiente, e a iniciativa serve para motivar outros moradores a buscar seus direitos na Justiça".

Ele diz que o fedor é quase insuportável e questiona a liberação desenfreada de permissões para cada vez mais empreendimentos na região. "É um absurdo essa situação. Você vive em um local

OUTRO LADO

A reportagem tentou contato com a Caema. Por meio de nota enviada por sua assessoria, o órgão informou que ainda não foi notificado da decisão e que prestará todos os esclarecimentos quando oficialmente informado pela Justiça.

que é cartão-postal, mas é dessa forma. Se não há capacidade em fornecer água de qualidade e uma rede de esgotos que suporte a demanda, por que está se autorizando a construção de mais prédios?", indaga o advogado.

Problemas anteriores

Não é o primeiro problema ambiental registrado na área. No início do ano, com as fortes chuvas, moradores denunciaram a presença de uma quantidade incomum de mosquitos que estavam invadindo casas e apartamentos próximos à Lagoa da Jansen, entre eles, condomínios da Península e outros. Um laudo requisitado por moradores apontou que os mosquitos são bioindicadores de áreas poluídas. Ou seja, a aparição desses insetos está diretamente ligada à poluição existente. Mais tarde, devido ao grande número de mosquitos (presas naturais), foi a vez dos predadores aparecerem. Aranhas surgiram com teias que 'decoraram' quase toda a vegetação da Lagoa da Jansen, mudando o visual e assustando algumas pessoas que por ali passam diariamente.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Mundo</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Noticias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	30/09 e 01/10 / 2017	<i>08</i>	

Em estado de greve: Professores aguardam fim da análise técnica da folha de pagamento da Semed

Os professores da rede pública municipal de São Luís, que suspenderam o movimento paretista no dia 03 de setembro, em assembleia geral, após a retomada da negociação, permanecem em estado de greve.

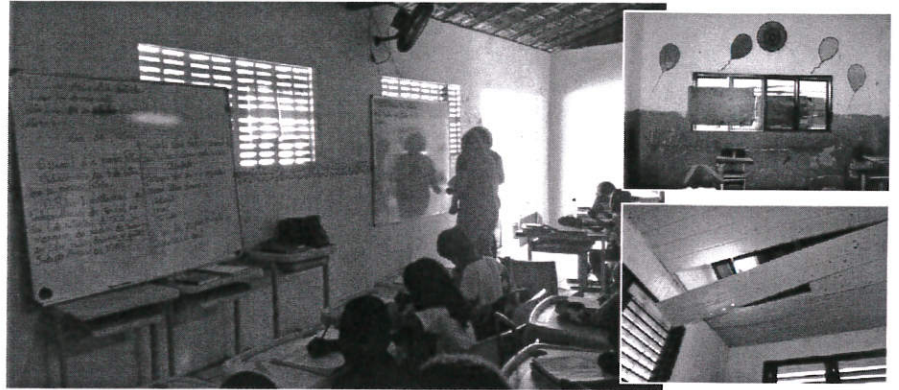
A medida foi aprovada depois que o Ministério Público intermediou a retomada da mesa de negociação entre o Sindeducação e a Prefeitura de São Luís, definindo a devolução dos salários dos professores que adeririam a greve, assim como a garantia do retorno dos educadores ao mesmo local de lotação e ainda assegurar o direito da ampliação (40h) dos docentes que aderiram ao movimento paretista.

Além disso, a Secretaria Municipal de Educação ficou intimada a encaminhar ao Ministério Público a folha de pagamento do magistério, assim como dos recursos recebidos do FUNDEF, do MDE, entre outros. A entrega ocorreu no dia 14 de setembro, para

análise da viabilidade financeira de concessão do reajuste da categoria dos professores, com prazo estabelecido de 20 dias úteis.

Os trabalhos estão sob a responsabilidade da equipe técnica contábil do Ministério Público, coordenados pelo técnico, Raimundo Vale; além disso, o Sindeducação efetivou a contratação de técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos - DIEESE - que também estão analisando a documentação da SEMED, afim de desenvolver um profundo estudo da folha do magistério e por fim compará-lo ao resultado da análise do MP.

Durante esses 20 dias de suspensão da greve a diretoria do Sindeducação manteve as ações de mobilização nas escolas, dando continuidade ao mapeamento das condições estruturais das unidades de ensino, bem como identificar as deficiências pedagógicas nos espaços escolares.



Realidade da rede de ensino público de São Luís

Descumprindo o direito à Educação básica previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a prefeitura de São Luís vem, diariamente, prejudicando o aprendizado das crianças e adolescentes que dependem do sistema público de ensino.

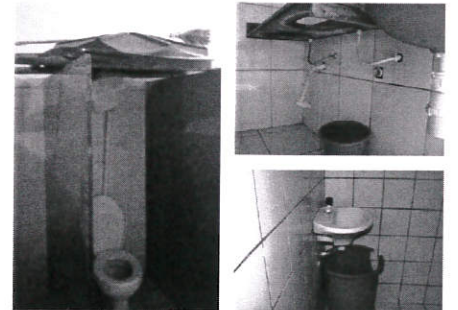
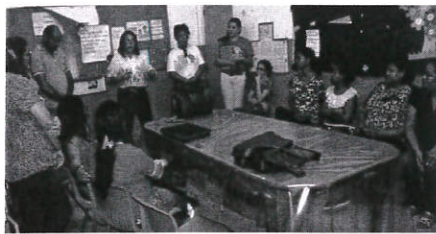
Problemas como falta de estrutura dos prédios: salas sem iluminação adequada e sem ventiladores, cadeiras deterioradas; escassez de material pedagógico; falta de água; quadras esportivas depreciadas e sem condições de uso; transporte escolar irregular e alimentação inadequada, compõem o cenário caótico dos espaços escolares da nossa cidade.

Diante dessas problemáticas, o Sindeducação já encaminhou várias denúncias ao Ministério Público, que serviram de embasamento para ajuizamento de ações cobrando responsabilidade

por parte da administração pública municipal em seu dever de ofertar uma educação de qualidade.

Atualmente, o Ministério Público acionou o município de São Luís em razão do descumprimento dos prazos de construção das 25 creches e escolas e ainda em uma ação que propõem a recuperação de 54 unidades de ensino que estavam previstas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado em 2014, com prazo máximo de seis meses, mas que não foi cumprido.

"Estamos trabalhando com muita responsabilidade e sempre vigilante para garantir os direitos das crianças, adolescentes e dos professores. O Sindeducação não se curva e não se calará diante de um governo que não respeita e não valoriza a educação e nem os educadores", enfatizou a professora Elisabeth Castelo Branco.





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 01/02/10 / 2017	3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

ASTRO DE OGUM AFIRMA:

“O Concurso Público para a Câmara Municipal de São Luís inevitavelmente irá acontecer”

“Mesmo com todas as dificuldades e inseguranças que atormentam a gestão pública na atual conjuntura do País, o concurso público para a Câmara Municipal de São Luís inevitavelmente irá acontecer. Quando pensei na reestruturação e modernização desta Casa, tinha consciência de que, além das intervenções na estrutura física e da premente necessidade de aquisição de equipamentos, um dos maiores desafios seria a contratação de profissionais qualificados por meio de concurso público, uma vez que desde a sua obrigatoriedade, lá em 1988, a Casa nunca havia realizado nenhum”.

“Desde que assumimos

o comando deste parlamento, não tivemos descanso, nem mesmo nos períodos de férias e recessos, visto que as obras nas instalações físicas tiveram que ser realizadas nesses intervalos. Encontramos problemas de todas as ordens. Para solucionarmos, tivemos que trabalhar duramente, aliás, muitos ainda não estão resolvidos plenamente. Mesmo assim, chegou a hora de nos debruçarmos sobre a questão do Pessoal. Temos pouco mais de um ano para o término de nossa gestão e por isso não se pode mais adiar o enfrentamento desse que sempre soube ser o maior dos desafios deste cargo”.

Segundo o Presidente, existem servidores com quase 30 anos de casa em situação irregular, os quais

inevitavelmente vão ter que se submeter ao concurso, concorrendo em “desigualdade” de condição com jovens recém-saídos da escola e universidade. “Essa não tem como se negar ser uma questão extremamente complexa e delicada”, afirmou Astro de Ogum, que continua. “Se de um lado tem a lei que precisa obrigatoriamente ser cumprida, do outro, tem um universo de servidores que precisam ser considerados e respeitados por todos esses anos de serviços prestados nessa casa”, conclui, evidenciando a difícil posição de fiel da balança nesse capítulo impactante na história do Legislativo municipal.

“Assumi esse cargo no meio de uma das maiores crises econômicas já enfren-

tada nesse País, com o desemprego em patamares desesperadores, como poderia ser tão insensível partindo de cara para esse ponto? Preferi ir tratando de outros aspectos enquanto aguardava sinais de recuperação da economia e aí sim poder focar nesse problema”.

De acordo com o vereador, sua equipe técnica está debruçada em estudos para a viabilização do concurso, fazendo um minucioso levantamento a fim de detectar quantos e quais cargos serão oferecidos, bem como na elaboração do termo de referência para divulgação do edital de licitação para contratação da empresa que irá realizar o Concurso.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

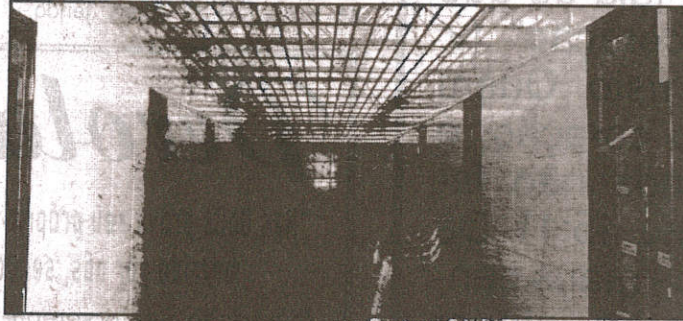
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 01/02/10 / 2017	9	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Governo conclui 50% das obras de urbanização e saneamento do Mercado do Peixe

Dentro do cronograma previsto, o Governo do Maranhão finalizou 50% dos serviços na área interna do Mercado do Peixe. Iniciada em maio deste ano, a obra vem sendo executada pela Secretaria de Estado da Infraestrutura (Sinfra) com o objetivo de modernizar o espaço e torná-lo mais agradável para feirantes e clientes. Agora, além da área interna, os serviços foram ampliados para a área externa, com saneamento e urbanização do entorno do mercado.

Nesta primeira etapa, a Sinfra revisou a estrutura da cobertura metálica e de calhas pluviais, reformou banheiros e refez o piso em alta resistência, do tipo korodur, que é uma espécie de piso argamassado de grande densidade e eleva-



O Mercado do Peixe com a parte interna 50% concluída

da resistência a fogo e a impacto frequentes. Também fez revisão hidrossanitária e das instalações elétricas nos dois primeiros quadrantes da área interna do mercado. Com esses serviços já foram reestruturados 32 boxes de vendas.

Ainda nessa primeira etapa da obra, foi recuperado o revestimento externo dos boxes, valorizando os pontos

comerciais. Também foi feita a revisão da grade de proteção metálica, com instalação na área superior dos boxes, aumentando a segurança e prevenindo contra a tentativa de assaltos. Foi recuperado, também, o reservatório elevado, e construído uma câmara de ar fria para melhor acondicionamento dos produtos.

Agora segue a segunda

etapa com os mesmos serviços nos dois quadrantes: serão mais 32 boxes reformados. Mesmo quem está no meio da obra, como o vendedor Ronaldo Sousa, trabalha satisfeito. "É assim mesmo, às vezes a gente pega poeira, mas a gente segue trabalhando, estamos achando tudo muito bom, tá ficando bonito e é o que a gente deseja", disse o feirante, que trabalha no mercado há 20 anos.

Os clientes também estão satisfeitos com o trabalho do Governo. É o caso de Vigílio Casé, cliente de carteirinha do boxe do Ronaldo. "Tem 10 anos que compro aqui e essa é a primeira reforma que vejo. E tem muita necessidade, a gente que já frequenta o mercado já percebia essa necessidade. O Governo está de parabéns", destacou.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
() O Estado do MA	() Ato e Fatos	() Política	(X) Cidades / Vida () Geral () Polícia
(X) O Imparcial	() A tarde		
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder		
() Extra	() Internet / Blog	() Outros	
DATA 01 / 10 / 2017	03	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Entrevista// CARLOS ROGÉRIO

70% de esgoto tratado

Atual presidente da Caema, Carlos Rogério Araújo, destaca os investimentos que têm sido feitos na área e garante que água tratada e esgotamento sanitário são prioridades do governo do estado

PATRICIA CUNHA

À frente da Caema desde o mês de agosto, o presidente da Companhia, Carlos Rogério Araújo, é um gestor com experiência em outras áreas, em outros governos, inclusive municipal. Antes de assumir, o presidente ocupava o cargo de diretor de Operações, Manutenção e Atendimento ao Cliente. Agora

comandando uma companhia que tem entre outros problemas um déficit de 40%, ele resalta os investimentos que o governo estadual vem fazendo em várias frentes.

Na entrevista concedida a O Imparcial, ele fala sobre vários assuntos, desde a poluição de rios, estações de tratamento, tarifa, e também sobre o que mais causa transtorno à população, que é a falta de água, e garante que esse problema está próximo de ser amenizado.



O Imparcial - Qual é o retrato da Caema hoje?

Carlos Rogério Araújo - A Caema é uma prioridade desse governo. Estamos investindo hoje em 120 municípios do Maranhão, fazendo reabilitação dos sistemas, criando novos sistemas, investimento forte na parte de esgotamento sanitário, na parte de interceptação dos esgotos para retirar os dejetos dos nossos corpos hídricos, que estão poluídos, a exemplo do que já fizemos com a Lagoa da Jansen e estamos fazendo as unidades de tratamento para tratar esses esgotos. Então, São Luís já está saindo de um patamar de 4 por cento de esgoto tratado, que era antes, para um patamar de 70 por cento. O governo está investindo na Caema em benefício da população, propiciando a parte da medicina preventiva, que é a água tratada, esgotamento sanitário. Temos também um sistema de esgotamento sendo tratado em Imperatriz, a exemplo de São Luís. A Caema é uma empresa que tem um problema sério, haja vista o custo pra se tratar água e que não é repassado para a população. E aí, considerando que o estado do Maranhão tem uma população realmente carente, pobre, a própria Caema tem essa compreensão de que não se pode onerar a tarifa.

A Caema tem uma despesa de R\$ 40 milhões e uma receita de 25. Agora temos que avançar nisso

que a Caema cobra hoje. Apesar de que alguns acham que a tarifa é alta, o cidadão paga R\$ 2 por uma garrafa de água de 300ml, a Caema vende 1 metro cúbico de água, que corresponde a mais de 2 mil garrafinhas, por R\$ 1,80. Um carro-pipa, que são 60l, cobra R\$ 200 para entregar uma água que você não sabe a procedência. A Caema vende o equivalente a um carro-pipa por R\$ 10. Então, não se pode dizer que uma água dessa é cara, até porque a Caema não tem como papel auferir lucros exorbitantes, o papel dela é um trabalho social, trabalho de ajudar o governo a fazer os investimentos na medicina preventiva, para que o governo possa economizar na medicina curativa. Cerca de 30 por cento dos leitos hospitalares estão sendo ocupados por pessoas com doença de veiculação hídrica.



O governo está investindo na Caema em benefício da população, propiciando a parte da medicina preventiva, que é a água tratada, esgotamento sanitário

laverá, então, aumento da tarifa? Não. Não se trabalha com essa possibilidade, mas volto a dizer que a tarifa da Caema é a mais baixa do Brasil. Nós precisamos fazer uma compensação. Estamos fazendo o trabalho primeiro que é de buscar a regularização, melhorar o abastecimento da cidade; segundo: melhorando o abastecimento da cidade, eu posso fazer com que as pessoas que têm o seu faturamento possam cumprir com suas obrigações, a adimplência. Outra coisa que estamos atacando é a redução das perdas. Perdas tanto físicas, do que está vazando na rede, ou na casa do cidadão que a torneira não está vedando o conteúdo. As pessoas precisam fazer uma reflexão sobre a utilização adequada desse bem que tem um valor agregado enorme. O custo de energia, que é muito alto no país, é o principal insumo para tratamento de água e corresponde a 50 por cento do custo.

E a situação financeira? Dificilar. Como sempre foi. A Caema hoje cobra 60 por cento do seu custeio, ou seja, o que ela arrecada responde por 60 por cento do custeio. Isso implica em não conseguir cobrir os custos. Temos custos de energia altíssimos e ficamos impedidos de fazer os investimentos necessários para se avançar na questão da prestação dos serviços para a população.

Em reais isso significa quanto? A Caema tem uma despesa de R\$ 10 milhões e uma receita de 25. Agora temos que avançar nisso. Temos que, à medida que se vai fazendo o reabastecimento do sistema, à medida que se vai melhorando o abastecimento de água da cidade, a gente vai possibilitando ter aumento de arrecadação dada a tarifa inexpressiva

A falta de água é um problema crônico? Como se resolve a questão da intermitência? A questão da intermitência é muito séria, mas nós podemos dar um horizonte muito próximo, que se não resolver na plenitude, pode atenuar essa gravidade. Nós temos um problema que a cidade já conhece, que é uma limitação por conta da fragilidade estrutural da adutora de Campo de Paris. Nós estamos fazendo a conclusão da nova adutora, 20km de extensão, que vai

possibilitar que a gente retome o bombeamento pleno no sistema Itaitub. Isso representará, a partir do final de outubro, mais 30 por cento de vazão de água vinda do Itaitub. Isso vai possibilitar fazer a regularização em muitas áreas de São Luís e, em outras, encurtar o tempo de desabastecimento. Então, isso vai ser um avanço extraordinário e esperamos com isso regularizar muito o abastecimento na cidade. E nos outros interiores, será regularizado na medida em que está havendo a reabilitação dos sistemas e até a construção de novos, a exemplo de Colinas, Barra do Corda, Barão de Grajaú, Vargem Grande.

A Caema tem uma imagem negativa tanto pela questão da falta de água, quanto das obras que são feitas em que ruas são abertas e cujo camada asfáltica não é logo recuperada... Infelizmente, para você dotar a cidade de infraestrutura, tanto para distribuição da água, quanto para coleta, retirada e tratamento dos esgotos, você precisa fazer implantação, e isso implica em abrir as ruas para colocar a tubulação. A gente reconhece esse transtorno, mas estamos fazendo esforço nesse sentido, estamos trabalhando para chegar no nível em que nós podemos abrir a rua, colocar a tubulação, fechar e deixar a rua da forma que estava antes

Temos uma estação de tratamento que está sendo concluída na margem do Rio Anil, e com essa completaremos quatro grandes estações de tratamento: Baganga, Jaracaty, Vinhais, Anil

de ser aberta. Infelizmente, tem que se fazer essa ação destrutiva. Mas já existe esse método não destrutivo. Nós fizemos a travessia da Avenida Daniel de La Touche com a tecnologia tunnel line, sem causar nenhum transtorno. Isso é possível fazer mais vezes? Sim. Nesse caso, se a gente fosse abrir pelo método tradicional, ia causar um transtorno enorme e não poderia ser feito em menos de uma semana.



A questão da intermitência é muito séria, mas nós podemos dar um horizonte muito próximo, que se não resolver na plenitude, pode atenuar essa gravidade

Nossos rios estão poluídos. O que a Caema está fazendo quanto a isso? A Caema tem mais de 50 anos e pela primeira vez está se fazendo um trabalho grandioso de reparação da parte de poluição dos despejos de esgoto inadequados feitos nos corpos hídricos e nos rios de vazante.

O resultado é que, toda semana, a Secretaria de Meio Ambiente tem demonstrado que nossas praias estão ficando a cada dia mais próprias para banho. Isso porque estamos fazendo a interceptação dos esgotos que eram lançados nos corpos hídricos. Esse é um trabalho grande que implica no aborrecimento da população pela quebra das vias quando esse esgoto é levado para as estações de tratamento. Temos uma estação de tratamento que está sendo concluída na margem do Rio Anil, e com essa completaremos quatro grandes estações de tratamento: Baganga, Jaracaty, Vinhais, Anil. Com isso, trataremos 70 por cento do esgoto coletado. Estamos chegando ao percentual de 60 por cento de coleta em toda a cidade, desses, 70 por cento será tratado. A Lagoa da Jansen é um exemplo desse trabalho. Fizemos a interceptação dos esgotos que estavam sendo lançados lá e tiramos cerca de 90 pontos, ou seja, 100 litros por segundo de esgoto que estava indo para a Lagoa hoje estão indo para Estação de Tratamento do Jaracaty. Ai se argumenta: mas eu passo na Lagoa e tem um fedor. Mas aquilo não é esgoto, são sedimentos que se acumularam e são culturas próprias para proliferação de algas. A alga, ao morrer, exala um cheiro enorme. O que se tem feito para mitigar essa ação é fazer a remoção dessa alga.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01/10/2017	5	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Prefeitura de São José de Ribamar resolve destinação final do lixo produzido no município

Medidas tomadas pela atual gestão ribamarense representam os primeiros passos concretos para o fim do "Lixão do Timbuba"

A prefeitura de São José de Ribamar deve resolver de forma definitiva no próximo dia 5 a destinação final do lixo coletado diariamente nos seus quase 400 mil km² de território, sendo grande parte dele totalmente urbano. De acordo com aviso publicado nos diários oficiais, do Município e da União, está marcado para o dia 5 de outubro a "Contratação de empresa especializada para execução de serviços de natureza contínua de manejo dos resíduos sólidos e limpeza pública".

Terceiro maior município do Maranhão, em população, a questão da coleta dos resíduos sólidos e sua destinação final, se agravou nos últimos seis anos pela falta de uma solução definitiva por parte da gestão passada, que deixou de cumprir as exigências do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, cujos termos definia o ano de 2014 para que estados e municípios preparassem medidas que garantissem o destino adequado ao lixo que não pode ser reciclado, evitando a poluição do solo, do ar e, conseqüentemente, a situação degradante de vida dos catadores.

Em vez de apresentar solução para o problema, a prefeitura de São José de Ribamar, na gestão anterior, optou por travar uma luta na Justiça contra as inúmeras ações de autoria do Ministério Público, que exigia o cumprimento da Lei dos Resíduos Sólidos (12.305/2010). Vários TAC's (Termos de Ajustamento de Conduta) foram descumpridos e diversas liminares foram alcançadas, adiando o cumprimento da legislação e a consequente solução para o problema que ganhou repercussão nacional, em virtude do lixão, localizado nas áreas do Canaveira, Timbuba e Pau Deitado, funcionar irregularmente, manter catadores atuando de forma desumana, além de expor a população da



Com a solução do destino do lixo produzido em São José de Ribamar, Prefeitura vai dar um novo momento para o trato dos resíduos no município

região a sérios problemas de saúde.

Desde o dia primeiro de janeiro, no entanto, a atual gestão ribamarense, sob o comando do prefeito Luis Fernando, tem tomado todas as medidas para resolver definitivamente o problema e tirar de vez o município das páginas negativas do noticiário local, regional e nacional. Por meio de uma primeira licitação, realizada em julho, a prefeitura contratou espaço para destinação final do

seu lixo no aterro sanitário de Rosário, da empresa Titara S/A. E com a nova licitação, que acontecerá no dia 5, para contratação de empresa especializada na "execução de serviços de natureza contínua de manejo dos resíduos sólidos e limpeza pública", a primeira parte do problema estará definitivamente resolvida. De acordo com o prefeito Luis Fernando, ouvido pela reportagem, todos os serviços de coleta dos resíduos e seu

transporte até Rosário estão contemplados nesta nova concorrência. "Após concluirmos esta nova etapa, partiremos para um novo momento do trato com o lixo produzido em São José de Ribamar, deixando de levá-lo para o lixão do Timbuba e posteriormente tratando de erradicar finalmente esse famigerado espaço que, de fato, tem gerado uma situação vexatória para a nossa cidade, mas que, já está com os dias contados", garantiu o prefeito.

Divulgação

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 01 / 10 / 2017	05	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

IMPROBILIDADE

Justiça bloqueia bens de ex-secretário

DANIEL MORAES

A Justiça bloqueou os bens do ex-secretário de Saúde de São Luís e atual vereador da capital, Gutemberg Fernandes de Araújo, mais conhecido como Dr. Gutemberg (PSDB). O decreto ocorreu, segundo a Justiça, pelo "mau uso de verbas públicas durante seu período como secretário" e foi decorrente de Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, proposta pelo Ministério Público Estadual (MPE).

Ainda segundo a decisão, os danos causados ao erário no período de 2009 a 2012 foram de R\$ 3.887.584, incluindo a participação de Maria Ieda Gomes Vanderlei e Santiago Cirilo Nogueira Servin, que também tiveram os bens bloqueados. De acordo com a investigação do MPE, foram encontradas diversas irregularidades durante a gestão do ex-secretário, como



Dr. Gutemberg alegou a inexistência do Relatório de Auditoria nº 13.283

a falta de medicamentos, de insumos, falta de manutenção da rede física, equipamentos deficitários e baixa oferta de consultas médicas, odontológicas e de enfermagem.

O valor do bloqueio dos bens referente a Dr. Gutemberg é de R\$ 545.072,00; de Maria Ieda Gomes Vanderlei chega a R\$

545.072,00 e de Santiago Cirilo Nogueira Servin, o valor da indisponibilidade é de R\$ 2.846.585,00. A juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital, Luzia Madeiro Neponucena, determinou a expedição de ofício ao Banco Central e a cartórios de registro de imóveis em São Luís com vistas ao bloqueio de

DIVULGAÇÃO

contas bancárias e para impedir a eventual transferência de imóveis. Foi solicitado ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran-MA) informações sobre veículos que foram vendidos e adquiridos pelos cidadãos.

A reportagem tentou contato com o ex-secretário por telefone. Após diversas tentativas, um assessor informou que Dr. Gutemberg, que é cirurgião, estava em operação e não poderia falar.

Antes da decisão da Justiça de bloquear seus bens, Dr. Gutemberg alegou a inexistência do Relatório de Auditoria nº 13.283, por ausência de ampla defesa e contraditório. Ele ainda alegou a impossibilidade jurídica do pedido, afirmando que no período da realização da auditoria não fazia mais parte do quadro funcional da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>ÚLTIMAS</i>
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>01/02/10</i> / 2017	<i>8</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Maranhão é o maior fornecedor de mão de obra escrava do Brasil

22,85% dos resgatados do país são maranhenses. A maioria nasceu em Codó (MA).



Esse dado coloca o Maranhão em primeiro lugar no ranking nacional de fornecimento de mão de obra escrava

Levantamento do Ministério Público do Trabalho no Maranhão (MPT-MA), com base no Observatório Digital de Trabalho Escravo (SMARTLAB MPT / OIT), revela que de 2003 a 2017 mais de 8 mil maranhenses foram resgatados de situação análoga à escravidão em outros estados da federação. Esse dado coloca o Maranhão em primeiro lugar no ranking nacional de fornecimento de mão de obra escrava.

O estudo mostra que dos 43.428 resgatados em todo o país, 35.084 tiveram sua naturalidade identificada. Desse total, 22,85% afirmaram ter nascido no Maranhão (8.015 pessoas), o que garante uma

média de um maranhense para cada cinco resgatados.

O município de Codó (MA) é o segundo maior fornecedor de mão de obra escrava do país, com 429 resgatados nascidos nessa cidade. O recordista é Amambai (MS), com 480 trabalhadores. Em terceiro lugar está São Paulo (SP), com 427 resgatados.

O balanço também constatou que o Maranhão lidera a estatística nacional de resgatados residentes. Nesse caso, 18,35% dos resgatados de condições semelhantes à escravidão declararam morar em território maranhense. Codó também figura entre os cinco municípios do país com maior

número de residentes resgatados, com 356 trabalhadores.

Repressão insuficiente - Segundo a procuradora do Trabalho que coordena o combate ao trabalho escravo no MPT-MA, Virgínia de Azevedo Neves, a realidade que obriga os trabalhadores a deixarem suas comunidades em busca de emprego em outras localidades não mudou. "As pessoas continuam tendo que sair do Maranhão, pois não há oportunidades de emprego e renda para todos. Além disso, muitos resgatados de hoje voltam a ser vítimas do trabalho escravo amanhã".

Para Virgínia Neves, apenas a repressão não é suficien-

te para romper com esse ciclo. "O trabalho escravo é um problema social. Precisamos de ações coordenadas e políticas amplas, eficazes e fortes, que garantam a reinserção e a qualificação dos resgatados", lembra ela.

Acordo inédito no país - Uma das estratégias para transformar essa realidade foi a assinatura, em maio deste ano, de um termo de ajuste de conduta (TAC), inédito no país, com o governo do Maranhão, que se comprometeu em criar o programa estadual de enfrentamento ao trabalho em condições análogas a de escravo. O acordo possui 19 cláusulas que devem ser cumpridas até o dia 1º de março de 2018.

"Com esse instrumento, que tem força de uma sentença judicial, o Estado se compromete a implementar políticas públicas de combate ao trabalho escravo, assegurando direitos fundamentais aos trabalhadores", explica Virgínia.

O programa estadual prevê a política de mobilização, prevenção e reinserção social das vítimas da exploração, com ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, trabalho, promoção de acesso à terra, qualificação profissional e emprego e renda.

Combate ao trabalho escravo no Maranhão - Atualmente, o MPT-MA conduz 52 investigações dentro da temática do trabalho escravo em todo o estado. O órgão possui 65 ações civis públicas ativas na Justiça do Trabalho e acompanha o cumprimento de 72 termos de ajuste de conduta, que foram assinados pelos exploradores de mão de obra escrava em território maranhense.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 02 / 10 / 2017	03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Juíza eleitoral cassa diploma de Zé Vieira e do seu vice

Daniela Bonfim, da 13ª Zona Eleitoral entendeu que a chapa encabeçada pelo prefeito de Bacabal não poderia ter sido eleita por ele estar inelegível

A juíza Daniela Bonfim, titular da 13ª Zona Eleitoral, cassou o diploma do prefeito e Bacabal, José Vieira Lins (PP), e do seu vice, Florêncio Neto (PHS). Eles foram condenados por abuso de poder econômico (compra de votos) e político nas eleições de 2016 e, por isso, também tiveram os direitos políticos suspensos por oito anos.

Ambos podem recorrer ao Tri-

bunal Regional Eleitoral (TRE) do Maranhão nos respectivos cargos.

É a segunda derrota judicial que Zé Vieira tem em uma semana. Na última quarta-feira, 28, o prefeito teve a inelegibilidade definitivamente confirmada em sentença do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que transitou em julgado, encerrando a possibilidade de recursos.

O acórdão confirma uma decisão

monocrática que havia sido dada pelo relator do caso, ministro Napoleão Filho, em março deste ano.

Liminar

José Vieira está no cargo de prefeito de Bacabal amparado por uma liminar do ministro Gilmar Mendes, do Tribunal Superior Eleitoral. Mendes entendeu, à época, que a decisão sobre inelegibilidade ainda não

havia transitado em julgado, o que não poderia causar efeitos contra o prefeito.

Agora que a decisão foi tomada pelo STJ, o TSE pode rever a decisão antes mesmo que a cassação decidida pela juíza da 13ª Zona Eleitoral chegue às instâncias superiores da Justiça Eleitoral.

A confirmação da cassação de Zé Vieira pode levar a dois caminhos em Bacabal: a convocação de novas eleições, já que nenhum outro candidato obteve mais de 50% dos votos em 2016, ou empossar o segundo colocado do pleito, o deputado estadual Roberto Costa (PMDB).

Tanto a defesa de Costa quanto a de Vieira vão travar nova batalha jurídica em torno da decisão do TSE. ●

COLUNA ESTADO MAIOR

Inelegível

O prefeito de Bacabal, Zé Vieira, só está se mantendo no mandato por causa de um recurso ao Tribunal Superior Eleitoral.

Na semana passada, Vieira teve dois revezes no plano judicial: foi declarado inelegível pelo STJ e teve o mandato cassado pelo TRE.

Com as duas decisões, o mais provável é que o prefeito cassado só fique no cargo até, no máximo, o final deste ano.

Dois caminhos

A Justiça Eleitoral deve decidir se convoca outra eleição para Bacabal ou se empossa o segundo colocado, deputado Roberto Costa (PMDB).

Na argumentação dos advogados de Vieira, como ele obteve mais de 50% dos votos, deve haver outra eleição.

Mas a defesa de Costa entende que a inelegibilidade de Vieira é anterior ao pleito, o que garante sua vitória na eleição.

POLÍCIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 30/09 e 01/10/ 2017		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

14 delegacias em estado de abandono no interior

Sinpol diz que, além do prejuízo nas investigações, situação ameaça a saúde dos policiais, que trabalham em locais insalubres; em Colinas, os presos criaram até uma minifavela

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

“Um verdadeiro caos” foi como a direção do Sindicato dos Policiais Civis do Maranhão (Sinpol-MA) definiu a situação de pelo menos 14 delegacias no interior do estado. Os problemas são vários, desde a falta de material de expediente, superlotação de detentos, ausência de efetivo policial, locais insalubres, prédios interditados pela Justiça, corte de energia elétrica, até despejo pela falta de pagamento do aluguel dos imóveis.

“Todos esses problemas foram constatados durante visita técnica feita pela direção do sindicato às delegacias do interior neste segundo semestre”, afirmou o presidente do Sinpol-MA, Elton Neves. Ele informou, ainda, que os policiais, que trabalham diariamente nesses locais, além do prejuízo na investigação, podem até ter a saúde comprometida.

Elton Neves denunciou que o agente investigativo, além da escala pesada de serviço, muitas vezes desenvolve trabalho administrativo na delegacia e ainda exerce a função de agente penitenciário. “Há delegacias onde o investigador é obrigado a vigiar preso de justiça”, denunciou o presidente.

Ainda segundo Elton Neves, o local onde funciona a delegacia de Barreirinhas, por exemplo, não dispõe de estrutura de trabalho para os policiais e para atender a demanda da cidade. Já a delegacia regional de Pinheiro não tem sede própria e funciona em um



Presos vivem soltos em uma minifavela criada por eles nos fundos da delegacia da cidade de Colinas

NÚMERO

14

É o número de delegacias do interior que funcionam de forma caótica, segundo o Sindicato dos Policiais Civis do Maranhão (Sinpol-MA)

prédio alugado.

Minifavela

Durante a visita técnica, a direção do sindicato constatou que a delegacia de Colinas apresenta um cenário deprimente. No local, são vários os problemas: falta de efetivo, desvio de função do policial civil, péssima estrutura do distrito policial e a superlotação. São mais de 50 presos amontoados, alguns deles de justiça.

No fundo dessa delegacia, foi encontrada uma minifavela. Os

próprios presos construíram um local que está servindo de abrigo, segundo a direção do Sinpol-MA, para cerca de 16 pessoas. Nesse espaço da delegacia não há grades, e os internos andam livremente.

Um cenário degradante também foi encontrado na delegacia de Barão de Grajaú. O local abriga aproximadamente 26 presos. As paredes molhadas, instalação elétrica exposta, rachaduras, infiltrações, esgoto escurado, lama exposta na área externa e a presença de um odor podre tomam conta da delegacia.

Presos de Justiça

Na Delegacia de Coelho Neto, a direção do Sinpol-MA constatou que há presos de justiça ocupando as celas. Foi observado, também, o baixo efetivo e a maioria dos policiais desenvolvendo dupla função, ou seja, de investigador e agente penitenciário.

Na Central de Flagrantes de Timon, mais precariedades foram

constatadas, principalmente na estrutura física do prédio. O local está na iminência de desabar, paredes molhadas e muros externos baixos, que não oferecem segurança. Também foram encontrados rachaduras nas paredes, instalações elétricas visíveis, portas danificadas, banheiros fétidos, falta de água e aparelhos condicionados velhos e sem manutenção.

Regional de Codó

Na Regional de Codó, há duas delegacias em estado precário. Uma delas é a de Timbiras. A situação do prédio pode até mesmo proporcionar problemas de saúde ao policial civil ou ao apenado que porventura ocupe uma de suas celas.

De acordo com a denúncia do Sinpol-MA, nessa delegacia as paredes estão sujas, o ferro das grades da janela corroído pela ação do tempo, portas que não proporcionam nenhum tipo de segurança, mato alto, buraco, rachaduras, pi-

“Todos esses problemas foram constatados durante uma visita técnica feita pela direção do sindicato às delegacias do interior neste segundo semestre”

ELTON NEVES,
presidente do Sinpol-MA

chações, piso úmido, banheiro com infiltrações, telhado na iminência de cair e vários inqueritos policiais espalhados pelo chão ou em cima de cadeiras de plástico.

Na semana passada, os policiais civis tiveram que deixar o prédio da delegacia de Peritoró, que também faz parte da Regional de Codó, por determinação judicial, devido à falta de pagamento do aluguel do imóvel. No momento, a delegacia está funcionando em uma casa alugada, segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP), até a conclusão das obras da sede própria. O superintendente da Polícia Civil do Interior (SPCI), delegado Dicleon Gonçalves, inclusive, esteve na cidade na última quarta-feira para fazer uma vistoria no novo prédio.

Mais problemas

No mês de maio deste ano, uma Ação Civil Pública conjunta, proposta pelo Ministério Público do Maranhão, por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de

Barra do Corda e a Defensoria Pública do Estado do Maranhão, pediu a interdição da delegacia de Barra do Corda devido a problemas estruturais.

O Ministério Público também pediu a interdição das delegacias das cidades de Barão de Grajaú e de Governador Nunes Freire, que, além da falta de estrutura, estão superlotadas. Já em Loreto o problema foi o afastamento do delegado Jean Charles da Silva a pedido do Ministério Público. Ele teria usado uma viatura durante o seu período de férias em benefício próprio.

No início de setembro, duas delegacias da Polícia Civil no interior do estado tiveram a energia elétrica cortada em menos de 15 dias. Segundo a denúncia feita pelo Sinpol-MA, somente este ano, por cinco vezes, a delegacia de Carutapera teve a energia cortada por inadiplência, e isso acabou provocando vários transtornos. O último corte ocorreu no dia 1º. Vários serviços foram suspensos por mais de 24 horas, prejudicando a população de Carutapera e municípios vizinhos. Alguns registros de flagrantes chegaram a ser feitos no fórum da cidade.

No dia 24 de agosto, o fornecimento de energia elétrica do imóvel onde funciona a delegacia de Polícia Civil de Parailano foi cortado, e o motivo também foi o atraso de duas contas. Foram três dias na escuridão. Esse fato foi publicado no blog do jornalista e coordenador de Reportagem de O Estado, Daniel Matos. Já na cidade de São Pedro dos Crentes, o dinheiro oriundo da Prefeitura para pagar o aluguel da delegacia estaria na iminência de ser cortado a partir deste semestre.

Nota

A assessoria de comunicação do governo informou, por meio de nota, que a Secretaria de Segurança Pública (SSP) está cumprindo o planejamento do governo e, ao todo, mais de 40 delegacias e unidades policiais serão reformadas ou construídas em todo o estado. A maioria dessas obras está em processo licitatório, que será iniciado tão logo sejam finalizados os procedimentos burocráticos previstos em lei. ●

Bandidos assaltam Bradesco na cidade de Urbano Santos

Quadrilheiros usaram o sistema de “empurrãozinho”, que consiste em invadir a agência, agir com violência e roubar todo o dinheiro existente nos caixas

A polícia afirmou que os criminosos estão utilizando uma nova modalidade de assalto a bancos no interior do estado, denominada “empurrãozinho”. O último alvo foi a agência do Bradesco em Urbano Santos, na sexta-feira, 29. Esse tipo de ação criminosa é realizado durante o dia, com uso da violência. Várias pessoas são feitas reféns, principalmente bancários e clientes.

Ainda segundo informações do delegado Flávio Bandal, titular da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), cerca de cinco criminosos teriam participado desse assalto ao Bradesco de Urbano Santos. Três homens entraram no banco corpo se fizessem clientes, enquanto, os outros ficaram em frente à agência dando apoio aos comparsas.

No banco, os criminosos tendem

ram e tomaram as armas dos vigilantes como ainda agrediram clientes e funcionários. Em seguida, os assaltantes fizeram o raspa nos caixas e fugiram em direção a zona rural da cidade.

A polícia foi acionada e está na área realizando incursões para prender esses assaltantes, mas até o período da tarde não tinha obtido sucesso. “Há possibilidade desse

mesmo grupo criminoso ter assaltado o Bradesco de Brejo, no último dia 6, mas a polícia está investigando o caso”, declarou o delegado.

Sapatinho

Ainda na sexta-feira, sete integrantes de uma quadrilha especializada em roubo a banco, principalmente, na modalidade sapatinho, que atua nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, foram presos na última sexta-feira, na cidade de Zé Doca.

Bardal informou que os criminosos foram presos durante um cerco policial da equipe da Seic e da Polícia Civil do Tocantins. ●

Integra em oestadoma.com/435237

Menores são mortos na Cidade Olímpica

Ultimo crime ocorreu na quinta-feira, 28, em via pública, e foi praticado por três desconhecidos

Dois adolescentes foram mortos a tiros na área da Cidade Olímpica durante o mês de setembro. Os casos estão sendo investigados pela polícia, mas até a tarde de sexta-feira, 29, não havia registro de prisão dos criminosos. O último caso ocorreu na noite de quinta-feira, 28, e a vítima foi identificada como Daglyson Pinheiro Gomes, de 14 anos.

Ainda de acordo com as informações da polícia, o adolescente foi morto em via pública por três homens não identificados, que fugiram de bicicleta.

Há possibilidade de esse crime ter sido realizado por integrantes de uma facção criminosa com ligação com o tráfico de drogas. ●

Integra em oestadoma.com/435238



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 30 / 09 / 2017	12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Marido e mulher são presos por traficar drogas em Ribamar

Wuvely Maia Carvalho, de 19 anos, e sua mulher, Naria Coelho Moraes, mesma idade, foram presos no município de São José de Ribamar, na madrugada dessa sexta-feira (29), pouco depois da meia-noite. Ao fim das abordagens, a guarnição do 13º Batalhão de Polícia Militar (BPM) apreendeu com o casal 37 embalos de crack, cocaína e maconha.

Primeiramente, disse o coronel Alexandre, comandante do 13º BPM, os policiais abordaram Wuvely, com o qual foram encontradas cinco "cabeças" de substância parecida com maconha. Na sequência, a equipe adentrou em uma casa, onde Naria foi presa com o restante do material. No total, os militares recolheram 20 trouxinhas de um entorpecente semelhante ao crack; 8 de outro que seria cocaína e 9 embalos de substância cujo cheiro indicava ser maconha. (NM)

Dupla é flagrada pela Seic quando se preparava para arrombar veículo

Após monitoramento feito pela Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), foram presos em flagrante, no bairro do João Paulo, na capital maranhense, Júlio Dias Lima e Radson Barbosa Miranda, quando se preparavam para arrombar veículos naquela localidade. De acordo com a Polícia Civil, os investigadores capturaram a dupla na manhã dessa sexta-feira (29). Como informou o delegado Tiago Bardal, titular da Seic, os dois criminosos sempre percorriam a cidade em um veículo Grand Siena branco, que era utilizado para a fuga após os arrombamentos. O "modus operandi" desses bandidos, segundo ele, tinha como dinâmica

a remoção de vidros de janelas de carros estacionados. Do interior desses automóveis, Júlio e Radson retiravam pertences das vítimas, como celulares, notebooks, relógios e dinheiro.

Os policiais civis apreenderam com a dupla diversos objetos levados das vítimas, como bolsas femininas, tablets e calculadora. Bardal frisou que um notebook e um pendrive, subtraídos durante a tarde de quinta-feira (29) de um carro, foram recuperados, também. O delegado da Seic mencionou que tanto Júlio como o seu comparsa possuem antecedentes criminais por furto, delito pelo qual foram autuados no prédio da Superintendência de Investigações Criminais. (NM)



Dupla se preparava para arrombar veículos no João Paulo quando foi abordada por homens da Seic

Urbano Santos Bandidos assaltam Bradesco após renderem funcionários

Durante uma ação que teve a participação de cinco criminosos, o Banco Bradesco da cidade de Urbano Santos, no leste do Maranhão, foi assaltado na manhã dessa sexta-feira (29). Da agência, os assaltantes levaram uma quantia em dinheiro que estava nos caixas e cujo valor não foi informado, segundo a polícia. Os bandidos chegaram em motocicletas, trajando camisas e bermudas, como se fossem clientes, sendo que dois aguardaram do lado de fora. Lá dentro, eles se comportaram como se estivessem interessados em realizar alguma operação bancária, mas, em um determinado instante, os criminosos anunciaram o assalto e renderam o vigilante e os funcionários.

Com o dinheiro em mãos, o trio saiu correndo e fugiu nos mesmos veículos que estavam estacionados na entrada e por meio dos quais haviam chegado ao Bradesco. Investigadores da Polícia Civil estiveram no banco colhendo informações que pudessem levar a alguma pista sobre o paradeiro dos assaltantes. (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	30/09/2017	12	

Operação integrada prende sete assaltantes de banco em Zé Doca

NELSON MELO

Em uma ação integrada, envolvendo as polícias civis do Maranhão e do Tocantins, sete assaltantes de banco foram presos no fim da manhã dessa sexta-feira (29), pouco antes do meio-dia. De acordo com informações colhidas pela reportagem do

Jornal Pequeno, o grupo se preparava para roubar uma agência do Banco do Brasil (BB) na cidade de Zé Doca/MA. O delegado Tiago Bardal, chefe da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), disse que os criminosos iriam assaltar na modalidade conhecida popularmente como "sapatinho",

que consiste no sequestro de funcionários de bancos e familiares para facilitar no momento da invasão de agências e levar quantias de dinheiro sem chamar atenção e impedir reação das vítimas. Porém, a partir de uma investigação e monitoramento, os suspeitos não conseguiram e foram capturados. Conforme o delegado,

a quadrilha, que tem abrangência interestadual, foi interceptada por equipes da Seic e do Departamento de Investigações Criminais (Deic) do Tocantins, e, juntos, apreenderam duas armas de fogo: uma pistola e um revólver. Dentre os membros do bando, há um maranhense. Além de paraenses e tocaninenses.

Colisão entre duas motocicletas deixa quatro pessoas feridas na BR-010

Em um trecho da BR-010, no km 256, no município de Imperatriz, sudoeste do Maranhão, ocorreu um acidente envolvendo duas motocicletas, que colidiram frontalmente na noite de quinta-feira (28), por volta das 20h. Como resultado da batida, quatro pessoas se feriram, sendo que ficaram caídas a pista aguardando a chegada de uma ambulância. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) comunicou que os inspetores se deslocavam para atender a outra situação, mas acabaram observando uma multidão na rodovia e três pessoas no chão. Eles, então, sinalizaram o local e acionaram o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), que enviou duas ambulâncias para prestar os primeiros socorros às quatro vítimas, que despencaram na pista logo após a colisão entre as motocicletas. Segundo explicou a PRF, uma das motos seguia no sentido decrescente da via federal (da Lagoa Verde para Imperatriz) e fez uma conversão à esquerda para entrar na Avenida Liberdade, mas, nesse momento, foi colidida pelo outro veículo que percorria no sentido contrário. Um dos condutores sofreu fratura exposta na perna e a passageira, que é neta dele, ficou com lesões leves, incluindo um machucado no rosto "devido ao contato com o asfalto". Os ocupantes da outro moto, por sua vez, tiveram lesões leves, sendo que a garupa foi imobilizada pela equipe do Samu e levada ao hospital mais próximo. (NM)

Seis pessoas são presas com drogas em residência na Vila Mauro Fecury II

Wanderson dos Santos Viana, de 25 anos; Adriano Reis Souza, 22; Jessenias Alves Silva, 21; Herivelton Silva dos Santos, 20; Jaci Camila de Lima Correa, 20, e Juliana de Jesus Pinheiro Lima, 20, foram capturados dentro de uma residência por tráfico de drogas. A prisão dessas pessoas aconteceu na Vila Mauro Fecury 2, no eixo Itaqui-Bacanga, em São Luís, na noite de quinta-feira (28). Por volta das 22h30, os policiais da Equipe Bravo seguiram ao endereço, na Rua 1 daquele bairro, em atendimento a denúncia anônima de que estaria

ocorrendo uma intensa movimentação de pessoas na residência e que seria o momento certo para flagrar os suspeitos no local. O coronel Edvaldo Mesquita, que comanda o 1º Batalhão de Polícia Militar (BPM), comentou que, após uma minuciosa revista nos cômodos do imóvel, foram encontrados um revólver calibre 38 e sete munições intactas; um quarto de uma barra de maconha e porções de crack e cocaína. O grupo flagrado com o material foi levado ao Plantão da Área Itaqui-Bacanga, para que pudesse ser autuado pelo delegado plantonista. (NELSON MELO)

FOTOS DIVULGAÇÃO/PM



As duas mulheres e os quatro homens foram capturados com maconha e crack



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	(X) Cidades / Vida () Geral () Polícia
(K) O Imparcial	() A tarde		
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder	() Outros	
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 30 / 09 / 2017	08	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Duas mortes brutais em uma só noite

Os dois assassinatos têm conotação de execução com características de acerto de contas, praticados com requintes de perversidade, sem dar às vítimas quaisquer chances de defesa ou de fuga

DOUGLAS CUNHA

Dois homicídios marcaram a noite de quinta-feira na região metropolitana de São Luís. Os dois assassinatos tiveram conotação de execução, por acerto de contas, tendo como vítima um adolescente e um jovem.

O primeiro crime aconteceu por volta das 21h40, na Rua 4 do bairro Cidade Olímpica, onde três homens, entre os quais um identificado como Caetano, ocupando bicicletas,

aproximaram-se do adolescente Daglyson Pinheiro Gomes, de 14 anos, que estava próximo de sua residência, e o mataram com um tiro no tórax. Os criminosos fugiram e a Polícia Militar, avisada da ocorrência, desenvolveu buscas, mas não conseguiu localizá-los.

Outro crime se deu às 4h15 da madrugada de ontem, na Avenida Principal da Invasão Novo Horizonte, no distrito da Estiva, na zona rural da capital. Ali, seis homens invadiram uma casa e mataram, com seis tiros na cabeça, Adriano Go-

mes Oliveira, de 25 anos, que, na ocasião, dormia.

A polícia foi avisada, e os militares trataram da preservação do local do crime para que a Polícia Técnica efetivasse seu trabalho, enquanto outras guarnições desenvolviam levantamentos para identificar e localizar os autores do brutal assassinato, assim como sua motivação. Desde então, investigadores da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa-SHPP estão realizando os levantamentos para elucidar o crime.



homens invadiram uma casa e mataram um jovem com tiros na cabeça

CASA CAIU.....

"Piteco" teve prisão por assaltar residência

A Polícia Civil do Maranhão, por intermédio da Delegacia de Roubos e Furtos - DRF, conseguiu executar o cumprimento de mandado de prisão preventiva em desfavor de Keison de Passos Sousa, mais conhecido como "Piteco", de 37 anos, suspeito de cometer um assalto a residência, em São Luís.

De acordo com o delegado Tiago Dantas, o suspeito foi identificado, após uma investigação coordenada pela DRE como integrante de uma associação criminosa que assaltou uma residência localizada no bairro da Cohab, onde foram roubados bens materiais, causando um prejuízo de aproximadamente R\$ 40 mil a vítima. No ato da prisão, Piteco foi encontrado com porções de



Piteco foi preso preventivamente

uma substância semelhante a cocaína e munições calibre 38, razão pela qual foi autuado pelos crimes de tráfico de drogas e posse ilegal de munição de uso restrito.

BANDIDAGEM.....

Líder de facção na Cidade Olímpica

A Polícia Militar, por meio do Serviço de Inteligência do 6º BPM, com investigadores da 18ª Delegacia de Polícia Civil, capturou, por volta das 18h, na invasão da Bacia, Cidade Olímpica, o líder de facção que atua naquela região e mais três indivíduos por organização criminosa e tráfico de drogas. Denúncia anônima indicou que Eduardo Glauber, suspeito de ser líder de uma organização criminosa que atua na Cidade Olímpica, estaria reunido com outros indivíduos para planejar um ataque criminoso contra desafetos.

Em posse das informações, a equipe do GSA do 6º BPM reuniu-se com a equipe de investigadores da Polícia Civil do 18º Distrito Policial, que, após averiguar o teor da denúncia, evitou o cometimento de homicídios na área.

Depois de apuradas as denúncias e já feitas diversas diligências a pontos já conhecidos utilizados pela organização criminosa, apurou-se que os alvos se encontravam em uma casa localizada na Bacia, uma invasão da Cidade Olímpica. Realizou-se deslocamento até o endereço informado, fez-se o cerco tático e iniciou-se a entrada no imóvel, sendo localizados quatro indivíduos: o líder cri-

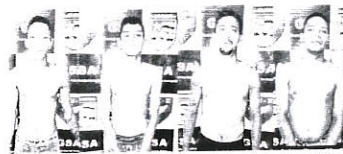
minoso Eduardo Glauber, conhecido pela alcunha de "Dudu Disciplina", de 23 anos, Dacio André Lobo Mendonça, de 18 anos, Nildson Sousa Cardoso, 25 anos, e Jadsom Martins, de 21 anos.

Após buscas pelo local, foi achada uma mochila contendo três tabletes de maconha e sete trouxinhas também de maconha.

De imediato, receberam voz de prisão, sendo conduzidos e apresentados na Delegacia da Cidade Olímpica (18º DP), onde foram autuados em flagrante por tráfico de drogas e organização criminosa. Contra Eduardo Glauber Marques Pereira foi cumprido ainda um mandado de prisão preventiva em razão de crime de homicídio. (EA)



homens de reconhecida periculosidade foram presos



"Dudu Disciplina", Dacio André, Nildson Sousa e Jadsom Martins foram detidos



MATERIAL APREENDIDO:

- 3 tabletes de uma substância semelhante a maconha pesando aproximadamente 3 quilos;
- 7 trouxinhas de uma substância semelhante a maconha;
- 1 resíduo de curdourada marca Invicta

URBANO SANTOS.....

Bandidos assaltam Agência do Bradesco

Namanhá de ontem, três homens ocupando motocicletas chegaram à agência do banco Bradesco, na cidade de Urbano Santos, todos trajando bermudas e camisas simples, para

não despertar suspeitas, e ali ficaram por alguns instantes, como se fossem realizar alguma operação bancária.

Em dado momento, foi anunciado o assalto e os bandidos sub-

traíram todo o dinheiro contido nos caixas, cabides e pertences dos clientes e funcionários. Em seguida, fugiram sem deixar pistas.

Todas as unidades do Sistema de Segurança Pública na

região foram postas em alerta, para desenvolver investigações visando identificar os assaltantes. Não foi revelado o volume de dinheiro roubado da agência bancária. (DC)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

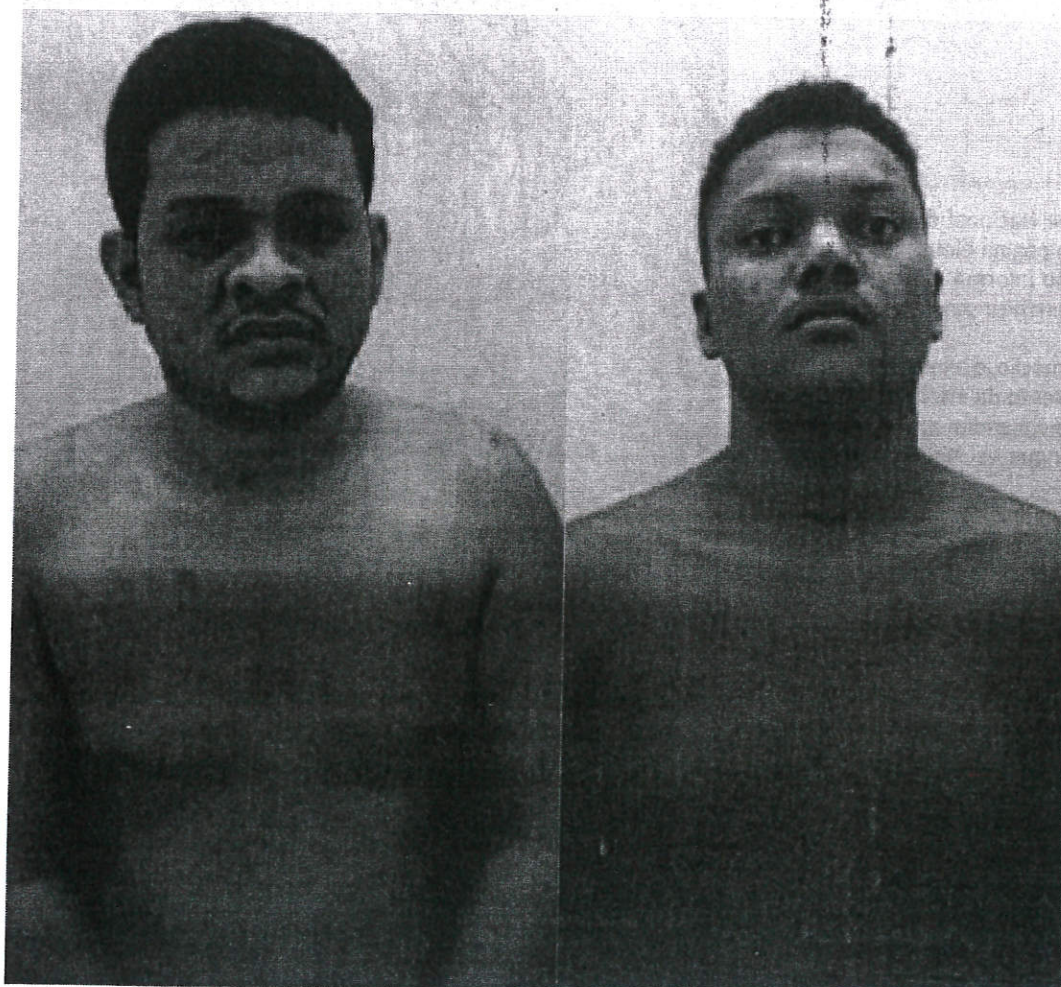
VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01/02/10 / 2017	→	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Violência doméstica

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Delegacia de Raposa, prendeu na noite de quinta-feira (28), Evanilson Ferreira Gonçalves, de 27 anos, por lesão corporal dolosa (violência doméstica). Após os Conselheiros Tutelares da Cidade de Raposa fazerem denúncia ao Delegado Marconi Caldas de que uma criança de 7 anos estaria sofrendo violência física por parte do pai. Os conselheiros informaram que haviam feito uma visita à residência de Evanilson, mas o pai tinha escondido a criança.

Polícia Civil elucida caso de tentativa de homicídio contra adolescentes

Vale ressaltar que deste fato também houve a participação de Eduardo Glauber Marques Pereira, o "Dudu Disciplina", por associação criminosa para o tráfico e prisão preventiva pelo fato criminoso acima citado.



Izaías dos Santos Pereira e Astem Pereira da Costa, o "Gordinho do Pó"

Dando sequência às ações da Polícia Civil por meio do 18º DP, da Cidade Olímpica, na tarde de sexta-feira (29), foi cumprido mais um mandado de prisão preventiva em descrédito de Izaías dos Santos Pereira e Astem Pereira da Costa, o "Gordinho do Pó".

Apesar do mandado ter sido cumprido no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde estão presos pelo crime de tráfico de drogas. A dupla estava presente na tentativa de homicídio qualificada contra três adolescentes, por investida de arma de fogo, ocorrida no mês de março deste ano.

Vale ressaltar que deste fato também houve a participação de Eduardo Glauber Marques Pereira, o "Dudu Disciplina", preso na última quinta-feira (28), por associação criminosa para o tráfico e prisão preventiva pelo fato criminoso acima citado.

Com mais este mandado cumprido e todos os envolvidos presos, a equipe do 18º DP concluiu as inquirições e o auto será remetido à justiça para as medidas de praxe.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01 / 10 / 2017		12	

Radialista preso em Imperatriz é acusado de estupro de vulnerável

LUCIENE VIEIRA

A Polícia Civil de Imperatriz prendeu, na madrugada de ontem (30), o radialista Francisco Charles Renald Ribeiro Torres, conhecido por Renald Café, acusado de estupro de vulnerável. Renald Café foi preso em Davinópolis, e levado para a Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz (Upri); o radialista permanece preso, apesar de ter negado o crime.

De acordo com o titular da Delegacia Regional de Imperatriz, o delegado Eduardo Galvão, na noite de sexta-feira (29), durante um evento de uma feira bíblica, ocorrida dentro do Imperial Shopping, o radialista teria se aproximado de um grupo de crianças, e inicialmente teria fornecido alguns cartões que dão acesso aos brinquedos do parque, que funciona dentro do shopping.

Além dos cartões, conforme Eduardo Galvão, Renald Café teria prometido que haveria o sorteio de um celular e ingressos para o cinema. As crianças, segundo o delegado, foram ao parque e constataram que os cartões estavam sem crédito; retornaram à estação de rádio – que fica, também, dentro do Imperial Shopping, em Imperatriz.

No local, de acordo com o delegado, o radialista teria permitido que apenas uma das crianças, essa com idade de 11 anos, entrasse na estação de rádio. “Renald Café baixava músicas



O radialista Renald Café foi autuado por pedofilia, mas em seu depoimento negou ter molestado a criança

no notebook, sentado em um pufe, e pediu que a criança se sentasse no colo dele que, segundo as palavras da própria vítima aliciada, ele teria começado a se esfregar no corpo dela”, disse o delegado, ao acrescentar que a criança teria

tentado fugir, mas não conseguiu. Outra criança teria conseguido abrir a estação de rádio e viu o que estava acontecendo. O delegado Eduardo Galvão conta que nesse instante, a criança que estava no colo conseguiu se soltar do radialista. Câmaras do circuito interno do shopping teriam capturado momentos em que as crianças procuraram uma segurança do centro comercial e pessoas da igreja que estavam no evento, para narrar o ocorrido. “Inicialmente, Café ao ser abordado pelos seguranças e por pessoas da igreja, foi receptivo, prestando esclarecimentos. No entanto, quando soube que a polícia tinha sido acionada, ele fugiu pelas portas do fundo do shopping”, informou o delegado.

Na madrugada de ontem, Renald Café foi abordado pelos policiais dentro do seu veículo, na cidade em que o radialista mora, Davinópolis, e de lá foi levado pelos agentes até o Plantão da Delegacia onde, após ouvir as crianças, o delegado Carlos Alberto de Sousa Brasil autuou o radialista pelo crime de estupro de vulnerável.

Ainda segundo o delegado Galvão, Renald Café negou a autoria, afirmando que não ficou a sós com nenhuma das crianças. “Ele perguntou se o interrogatório continua sendo filmado, quando respondemos que não, Café confidenciou que apertou o braço de uma das crianças, como uma forma de repreensão”, disse Galvão. Renald Café está preso na Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz (Upri).

Seic captura integrantes do Bonde dos 40 na Areinha

A Polícia Civil, por intermédio da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), prendeu em flagrante César Roberto Sodrê Rodrigues, o ‘Xixito’, de 31 anos; e Ayrthon Cesar Almeida Rocha, 22. A dupla foi presa na Areinha, na manhã de ontem (30). De acordo com o titular da Seic, o delegado Tiago Bardal, com César e Ayrthon a polícia encontrou uma arma de fogo do tipo pistola, calibre ponto 40, acompanhada de 38 munições e cinco carregadores; além de resquícios de substância entorpecentes que havia sido comercializada há pouco tempo. Conforme Bardal, ‘Xixito’ é um dos principais integrantes do Bonde dos 40 na região, sendo responsável pela prática de tortura contra membros da facção, que transgridam as regras

do grupo criminoso, fato que foi divulgado em mídias sociais por meio de vídeos, onde pessoas eram atacadas com pedaços de madeira por ‘Xixito’ e por seus comparsas.

FICHA CRIMINAL

A Seic informou que ‘Xixito’ foi preso três vezes por porte ilegal de arma de fogo, lesão corporal, roubo, uso de documento falso e homicídio.

Após análise policial, a dupla flagrada foi autuada nos crimes de integrar organização criminosa armada (Art.2, parágrafo 2 da lei 12.850/13), posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (Art.16 da lei 10.826/03) e tráfico ilícito de entorpecentes (Art.33, caput, da lei 11.343/06). (LUCIENE VIEIRA)



Integrantes do Bonde dos 40 capturados pela Seic durante ação na Areinha



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01 / 10 / 2017	12		

DIVULGAÇÃO/SENARC



Amarildo Dantas e José Inácio Dantas na delegacia, após terem sido flagrados com cocaína e crack

Senarc flagra dupla com drogas em Imperatriz

A Delegacia de Repressão ao Narcotráfico de Imperatriz (Senarc/ITZ) prendeu, na sexta-feira (29), dois homens e uma adolescente por suspeita de tráfico de drogas. Com Amarildo Dantas Lima e José Inácio Dantas, os policiais encontraram 2,5 quilos de cocaína e meio quilo de crack. Amarildo já tinha sido preso em 2016 pelo mesmo crime e estava sendo monitorado por tornozeleira eletrônica. De

acordo com o titular da Senarc, o delegado Carlos Alessandro, após uma série de investigações, uma residência utilizada por Amarildo Dantas para armazenamento de entorpecentes foi identificada. Depois que José Inácio e a adolescente chegaram ao local e retiraram algumas sacolas, os policiais abordaram o veículo. José Inácio tentou fugir, mas não obteve êxito e o entorpecente foi encontrado. (LUCIENE VIEIRA)

Batalhão Tiradentes prende suspeitos de tráfico de drogas

Na sexta-feira (29), por volta das 22h30, no bairro Sítio Natureza, equipe do Batalhão Tiradentes prenderam Paulo Victor Aragão Silva, de 19 anos, e Poliana Azevedo Alves, 20, com um tablete de substância semelhante à maconha, uma balança de precisão e um rolo de papel filme.

De acordo com o tenente-coronel Marques Melo, que comanda o Batalhão Tiradentes, a equipe November realizava rondas pelo Sítio

Natureza, quando recebeu denúncias de intenso tráfico de drogas que ocorrera em um endereço da região. Conforme o comandante, a equipe de imediato se deslocou ao local, e ao chegarmos ao respectivo endereço, encontraram Paulo Victor, que confessou ter invadido uma residência na Rua D. No interior do imóvel, a polícia encontrou o material apreendido e Poliana Azevedo. O casal foi conduzido para o Distrito Policial, no Maiobão. (LV)

Amarante Vândalos destroem estúdio de rádio comunitária e roubam equipamentos

Na noite de sexta-feira (29), o estúdio de uma emissora de Rádio Comunitária foi completamente destruído no município de Amarante. Informações dão conta que um dos diretores da emissora que opera há vários anos vinha recebendo ameaças. Ainda não foram identificados suspeitos que além de destruírem móveis e equipamentos, também teriam levado o transmissor da rádio e outros componentes necessários para o funcionamento da estação. (LV)





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 01/02/10 / 2017	7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Polícia prende condutores do "Bonde da Areinha"

A polícia prendeu em flagrante os indivíduos Cesar Roberto Sodré Rodrigues, vulgo "Xixito" (31 anos) e Ayrthon Cesar Almeida Rocha (22 anos), integrantes de uma das facções criminosas atuantes no Maranhão. Com os indivíduos foi encontrada uma arma de fogo do tipo pistola, calibre .40, acompanhada de 38 munições e 5 (cinco) carregadores, além de resquícius de substância entorpecentes que havia sido comercializada há pouco tempo.

"Xixito" é um dos principais integrantes da facção criminosa atuante no bairro da Areinha, sendo responsável pela prática de tortura contra outros integrantes da facção que transgridem as regras do grupo criminoso, fato que foi divulgado em mídias sociais por meio de vídeos de indivíduos sendo brutalmente agredidos com pedaços de madeira por "Xixito" e por seus comparsas.

"Xixito" foi preso por 03 (três) vezes pelo crime de porte ilegal de arma de fogo, por lesão corporal, roubo, uso de documento falso e homicídio.

Operação da Polícia Civil do Maranhão por intermédio da SEIC em conjunto com a Polícia Civil do Tocantins por intermédio da DEIC e GOTE desarticulou na cidade de Zé Doca no interior do Maranhão uma organização criminosa interestadual especializada em roubo a banco - modalidade conhecida como "sapatinho", que é quando a família do gerente e/ou tesoureiro fica sob a mira dos criminosos e o funcionário da instituição financeira é obrigado a retirar todo o dinheiro do cofre e entregar ao bando criminoso como condição de resgate para a soltura dos referidos familiares.

A aludida organização criminosa iria praticar o "sapatinho" em face do gerente da agência do Banco do Brasil da cidade de Zé Doca e foram surpreendidos pelos policiais civis, sendo presos, Gildean Alves, Marlon

Polícia Civil do Maranhão e do Tocantins desarticulam quadrilha de roubo a banco



A quadrilha foi presa pela SEIC com ajuda da PM paraense

de Sousa Damasceno, Raimundo Silva Cardoso, José Roberto Pereira Maciel e José Carlos Silva Barbosa.

Após análise técnica jurídica dos fatos realizada pela autoridade policial todos foram autuados em flagrante delito por organização criminosa, bem como foi dado cumprimento aos mandados de prisão expedidos em face de Neyson por roubo

a banco na cidade de Porto Nacional-TO, José Carlos por roubo a banco em Luziânia e José Roberto por homicídios praticados nas cidades de São Paulo e Conceição do Araguaia. Após as formalidades legais todos foram encaminhados para o Complexo Penitenciário de pedrinhas onde permanecerão a disposição do Poder Judiciário.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 01/02/10 / 2017	7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

COM A BOCA NA BOTIJA

Radialista tarado é autuado pelo crime de pedofilia em Imperatriz

O radialista Renald Café foi autuado por pedofilia, na noite de sexta-feira (29), em Imperatriz. Ele é suspeito de aliciar duas crianças, uma de 10 e outra de 11 anos, no fim da tarde de sexta, no Imperial Shopping. As crianças, que são irmãs, foram encaminhadas ao Plantão Central da Polícia Civil pelo Conselho Tutelar.

De acordo com a conselheira tutelar que atendeu a ocorrência, ela recebeu uma ligação de um segurança do shopping, relatando o ocorrido. "Ao chegar lá encontrei as duas crianças muito nervosas e chorando. Falaram quem era a pessoa. As crianças estavam em um evento de uma igreja, quando o radialista teria oferecido uns cartões de um parque de



Renald Café foi preso por aliciamento de duas menores

diversão para elas", explica.

"Quando as crianças chegaram ao local em que o radialista trabalha, uma rádio no shopping, ele deu esse cartão, um cartão sem

crédito. As crianças foram até a cabine dele. Então lá, ele teria deixado entrar somente uma criança por vez. Quando a outra foi entrar, foi o momento em que ela viu

ele com a outra criança de 10 anos no colo, esfregando ela no colo dele", relatou a conselheira, que prefere não se identificar.

A polícia foi acionada, mas Renald fugiu do local, se apresentando posteriormente na presença de advogados. Ele prestou esclarecimentos, e foi autuado por pedofilia. Renald foi levado na manhã de sábado (30) à Unidade Prisional de Resocialização de (Imperatriz UPRI), antiga CCPJ.

Renald Café é um dos radialistas mais conhecido de Imperatriz, tendo trabalhado em diversas emissoras de rádio da cidade. Além disso, o radialista já foi candidato a vereador e a deputado estadual.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros
DATA 01/02/10 / 2017	3	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

A REVANCHE

Delegado de Peritoró fala demais e Adepol foi quem “pagou o pato”

Uma grande manifestação marcou o último dia de funcionamento da Associação dos Delegados de Polícia do Maranhão – Adepol/MA da sede em que funcionou por várias décadas, localizada na Rua da Palma, no Centro Histórico de São Luís, antes de ser cumprida a ordem judicial de reintegração de posse pelo governo, através da procuradoria Geral do Estado. A Adepol ocupava o número 322 da Rua da Palma, um casarão histórico, ao longo de 34 anos.

O imóvel foi cedido à entidade por meio de um contrato de comodato, expirado desde 2002, segundo a PGE. O presidente da Adepol, delegado Marconi Chaves Lima, esperava que houvesse a renovação o que não foi possível, e nem mesmo discutido, já que o governo se mostrou irredutível com a proposta dos agentes de segurança e preferiu requerer o imóvel e desalojar os delegados.

O evento, programado pelo presidente Marconi Chaves Lima, foi de muita alegria e descontração, sem bandeira partidária e contou com a presença de centenas de profissionais da segurança pública. Delegados, escrivães, investigadores e outros profissionais do setor estiveram prestigiando o evento e demonstrados



A última reunião dos delegados na antiga sede contou com a presença de muitos filiados

que a categoria segue firme em suas reivindicações.

Entre uma conversa e outra o assunto era a atitude do governo do estado, sem mesmo querer abrir o canal de negociação para ouvir a classe, em forma de retaliação, tomar o casarão que abrigava a sede da entidade.

Segundo o delegado Marconi Chaves, o evento foi para marcar a despedida, mas não em tom melancólico, e sim, para relembrar os anos de lutas e dedicação pela valorização da classe policial em todo o seu contexto.

Ele lembrou que “o atual

secretário de Segurança, delegado Jefferson Portela, fez parte e ocupou trincheira na luta contra as desigualdades e condições sub-humanas em que os profissionais enfrentavam na área da segurança do Estado. Hoje, por estar do outro lado, esquece que o policial precisa ser tratado com respeito e dignidade o que sempre foi a bandeira de luta da categoria”, destacou.

O Governo do Estado, por sua vez, usa de todas as suas prerrogativas para minar, de qualquer forma, quem possa servir de empecilho em seu caminho. Um recente episódio

ocorrido no município de Peritoró, trouxe à tona essa assertiva e ocupou as manchetes dos jornais a nível nacional, a falta de estrutura e ineficiência da segurança do nosso estado.

Um prédio alugado onde funcionava a delegacia da cidade sofreu uma ação judicial de despejo por falta de pagamento de aluguel, configurando um verdadeiro descaso com a segurança pública do Estado. Olha, vale lembrar... que quem com ferro fere com ferro será ferido” disse um destacado delegado presente ao evento.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	<input type="checkbox"/> Outros
DATA 01/09/2017	3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

MP e Polícia Civil recuperam R\$ 64 mi de impostos desviados

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), em parceria com o Ministério Público e Polícia Civil, recuperaram R\$ 64 milhões de imposto desviados do Estado do Maranhão, decorrentes de mais uma organização criminosa envolvendo várias empresas, principalmente, do Estado de Goiás, que simulavam compra e venda de grãos de soja e milho.

A empresa pertencente ao Estado de Goiás, que atuava na região de Balsas, já foi notificada e efetuou o parce-

lamento do débito, pagando a primeira parcela. O responsável pela fraude fiscal foi identificado e preso pela Polícia Civil do Maranhão e encaminhado para penitenciária de Pedrinhas.

A operação de fiscalização e investigação é mais uma ação conjunta da Secretaria de Estado Fazenda com o Ministério Público, Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor).

Em agosto, a mesma organização revelou um esquema criminoso denominado Operação Paraíso Fiscal que identificou e prendeu líderes de organização criminosa em Goiânia.

As empresas de fachada foram registradas no Maranhão, Pará, Piauí e Bahia, e, mediante a emissão de notas fiscais eletrônicas falsas, simulavam a venda de grandes quantidades de soja para a Agropecuária MCD LTDA, registrada no Maranhão e supostamente localizada em

São João do Paraíso.

A empresa vendia grãos de milho a empresas de outros estados e com os créditos tributários sonegava o pagamento dos impostos. A Receita Estadual do Maranhão detectou, entre março de 2014 e novembro de 2016, 828 operações de simulação de compra de soja com as firmas de fachada, totalizando R\$ 176.711.498,00. A Agropecuária MCD realizou 11.561 operações interestaduais de venda de milho, no valor de R\$ 212.935.854,00.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 01/02/10 / 2017	12	<input type="checkbox"/> Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Sefaz, MP e PC recuperam R\$ 64 milhões de impostos desviados do Estado do MA

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), em parceria com o Ministério Público e Polícia Civil, recuperaram R\$ 64 milhões de imposto desviados do Estado do Maranhão, decorrentes de mais uma organização criminosa envolvendo várias empresas, principalmente, do Estado de Goiás, que simulavam compra e venda de grãos de soja e milho.

A empresa pertencente ao Estado de Goiás, que atuava na região de Balsas, já foi notificada e efetuou o parcelamento do débito, pagando a primeira parcela. O responsável pela fraude fiscal foi identificado e preso pela Polícia Civil do Maranhão e encaminhado para penitenciária de Pedrinhas.

A operação de fiscalização e investigação é mais uma ação conjunta da Secretaria de Estado Fazenda com o Ministério Público, Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor). Em agosto, a mesma organização revelou um esquema criminoso denominado Operação Paraíso Fiscal que identificou e prendeu líderes de organização criminosa em Goiânia.

As empresas de fachada foram registradas no Maranhão, Pará, Piauí e Bahia, e, mediante a emissão de notas fiscais eletrônicas falsas, simulavam a venda de grandes quantidades de soja para a Agropecuária MCD LTDA, registrada no Maranhão e supostamente localizada em São João do Paraíso.

A empresa vendia grãos de milho a empresas de outros estados e com os créditos tributários sonegava o pagamento dos impostos. A Receita Estadual do Maranhão detectou, entre março de 2014 e novembro de 2016, 828 operações de simulação de compra de soja com as firmas de fachada, totalizando R\$ 176.711.498,00. A Agropecuária MCD realizou 11.561 operações interestaduais de venda de milho, no valor de R\$ 212.935.854,00.

Preso autor de assalto a residência no bairro da Cohab

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Delegacia de Roubos e Furtos (DRF), deu cumprimento, na sexta-feira (29), a um mandado de prisão preventiva em desfavor de Keison de Passos Sousa, conhecido como "Piteco", 37 anos.

O homem foi identificado pela DRF como integrante de uma associação criminosa que assaltou uma residência localizada no bairro da Cohab, em São Luís, causando um prejuízo de cerca de R\$ 40 mil para a vítima.

Além disso, "Piteco" foi encontrado com cocaína e munições calibre .38, razão pela qual foi também autuado pelos crimes de tráfico de drogas e posse ilegal de munição.

Após as investigações, fora representado pela prisão preventiva do assaltante, medida deferida pelo juízo da Central de Inquiridos e cumprida pela DRF na sexta.

Dupla é detida com simulacro de arma de fogo

Um jovem, identificado como Lucas Vinícius da Silva Saraiva, 21 anos, e um adolescente de 17 anos, foram detidos na sexta-feira (29), em Imperatriz, suspeitos de praticarem um assalto usando uma arma de fogo falsa. Segundo informações do 3º Batalhão de Polícia Militar (BPM), o Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops) repassou informações sobre duas pessoas que haviam assaltado uma mulher na rua Brasil. Após fazer rondas na região, a PM avistou os suspeitos de terem praticado o crime nas proximidades de uma escola. Ao serem abordados, a polícia fez a revista nos mesmos e encontrou o celular da vítima e o simulacro de uma pt 100.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	() Cidades / Vida () Geral (X) Polícia
() O Imparcial	() A tarde		
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder	() Outros	
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 02 / 10 / 2017	02	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Violência assusta na Ilha: quatro homicídios no primeiro dia do mês

Em um dos casos, assaltante enfrentou um PM e foi morto dentro de ônibus; crimes também foram registrados na área da Divineia e no José Reinaldo

ISMAEL ARAÚJO
Da redação de Polícia

A violência continua assustando na Região Metropolitana de São Luís. Dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP) revelam que somente no primeiro dia deste mês quatro jovens foram mortos a tiros, além de três tentativas de homicídios, entre elas de um policial militar, nome não revelado. No mês passado foram registradas 51 mortes violentas, sendo 33 homicídios dolosos, uma morte por lesão corporal, um laucínio (roubo seguido de morte), 10 mortes ocasionadas em acidente de trânsito, quatro afogamentos e dois achados de cadáver.

Em um dos casos de ontem, segundo informações do sargento Silvío, lotado no 9º Batalhão da Polícia Militar, um jovem não identificado, teve acesso a um coletivo, de placas OJM-8729, na BR 135, nas proximidades da fábrica Oleama, como passageiro e inclusive pagando a sua passagem.

Esse criminoso, portando arma de fogo, após alguns minutos da viagem anunciou o assalto e começou a recolher objetos de valor dos passageiros. Um policial militar, que estava à paisana no ônibus, reagiu ao assalto. Houve tiroteio que acabou instalando o clima de pânico coletivo.

O sargento informou que o assaltante chegou a disparar mais de cinco tiros dentro do coletivo, atingindo de raspão o queixo do policial e outro passageiro foi atingido no ombro. Já o assaltante foi baleado no abdômen e morreu quando o coletivo parou nas proximidades do prédio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), no bairro Filipinho.

Ainda segundo Silvío, os passageiros ficaram em pânico e a cobratona e o motorista em estado de choque. Uma passageira idosa passou mal e foi atendida pelos socorristas do Samu. Os baleados também receberam os primeiros atendimentos



Desconhecido que foi morto ontem quando assaltava um coletivo

no local e foram levados para um hospital na capital, mas não correm risco de morte.

O corpo do assaltante foi removido para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, e até o começo da noite de ontem estava sem identificação. O coletivo ainda na tarde de ontem foi submetido a uma perícia no Instituto de Criminalística (Icrim), pois havia marcas de tiros no parabrisas, nas cadeiras, estilhaços de vidro e marcas de sangue. "Dois criminosos iriam realizar esse assalto, mas apenas um conseguiu ter acesso ao coletivo", explicou o sargento.

Duplo homicídio

Na madrugada de domingo, a poli-

cia registrou dois assassinatos e uma tentativa de homicídio no bairro da Divineia. De acordo com as informações da polícia, um grupo criminoso composto por cinco homens não identificados, baleou Leandro Nascimento Veras, de 26 anos; Júlio Caio Pereira Lopes, de 19 anos; e Cláudio Cardoso Lopes, de 49 anos, quando estavam conversando na Travessa Taubaté.

Leandro Nascimento e Júlio Caio morreram no local, enquanto a outra vítima levada para o Hospital Municipal Socorrão I, no Centro, onde passou por tratamento cirúrgico, mas na tarde de ontem ainda corria risco de morte. A polícia não revelou a motivação desse crime.

NÚMERO

51

Foi o número de mortes violentas registradas pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) no mês de setembro na Região Metropolitana de São Luís

que está sendo investigado pela equipe da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP).

A SHPP também está investigando o assassinato de Nathália Costa Oliveira, de 22 anos. A polícia informou que a vítima foi baleada nas costas quando passava nas proximidades de um posto de combustível, localizado no Residencial José Reinaldo Tavares, em São José de Ribamar. Os acusados estavam em uma motocicleta.

Ela ainda foi levada para o Hospital Municipal Socorrão II, mas chegou sem vida. O corpo de Nathália foi levado para o IML onde foram realizados os exames de praxex e, logo depois liberado para os familiares.

Mais mortes

A polícia informou, ainda, que 51 mortes violentas ocorreram no mês passado na Ilha. A maioria dos casos ocasionada por arma de fogo, 90% das vítimas eram jovens incluindo as dos três últimos registros.

Os três jovens mortos foram José Carlos da Silva Martins, de 22 anos, morto a tiros no dia 31, na Vila Roseana Sarney, em São José de Ribamar; Adriano Gomes Oliveira, de 27 anos, morto também a tiros por homens não identificados, na Estiva, dia 29; e um adolescente, de 14 anos, morto a tiros, no dia 28, na Cidade Olímpica. A Polícia Civil está investigando o caso, mas até a tarde de ontem não tinha registro de prisão dos acusados. ●



Agência do Banco do Brasil em Poção de Pedras que foi invadida

Bandidos invadem BB em Poção de Pedras

Assaltantes tentaram arrombar cofre com maçarico, mas não conseguiram e fugiram sem levar nada

Durante a madrugada de domingo, 1º, três bandidos invadiram o Banco do Brasil na cidade de Poção de Pedras e tentaram roubar o dinheiro do cofre, mas segundo a polícia, não levaram nenhuma quantia em dinheiro. De acordo com os dados do Sindicato dos Bancários, somente este ano 10 agências bancárias do interior do estado foram alvo de grupos criminosos.

O delegado Thiago Bardal, titular da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), informou que os criminosos tiveram acesso a parte interna do Banco do Brasil de Poção de Pedras. Eles entraram pelo fundo e por meio do forro conseguiram ter acesso ao local onde estava o cofre da agência.

Os bandidos chegaram a cortar

os fios elétricos para desativar o sistema de alarme do banco e não acionar a polícia. Bardal disse ainda que os criminosos, ao tentarem arrombar o cofre utilizando maçarico, amargaram o reservatório de tinta preta. Com receio de serem presos, eles fugiram em motocicletas sem levar nenhuma quantia em dinheiro. "Os bandidos ficaram com medo da chegada da polícia e fugiram deixando no local o material utilizado no assalto", declarou o delegado.

A polícia ainda ontem esteve no banco e realizou incursões na região com o objetivo de prender os acusados, mas não obteve sucesso. "A equipe da Seic está na localidade tentando identificar esse trio criminoso e efetuar a sua prisão em questão de tempo", afirmou Bardal. ●

Presos criminosos que atuavam na Ilha

Traficantes agiam no Tambaú; um assaltante e três adolescentes faziam "arrastão" na área do Maiobão

Na madrugada de ontem foram presos Paulo Vitor Aragão Silva, de 18 anos, e Poliana Azevedo Alves, de 20 anos, acusados de crime de tráfico de droga, no Conjunto Tambaú, na cidade de Paço do Lumiar. Em poder dos detidos, foram apreendidos um tablete de maconha, uma balança de precisão e material utilizado para embalar entorpecente.

Ainda segundo informações da polícia, guarnições do Batalhão Tiradores receberam uma denúncia anônima que o casal estaria comercializando droga na Rua D do conjunto. Os militares foram até o local onde prenderam os criminosos e apreenderam o entorpecente.

Os detidos foram conduzidos para o plantão da Polícia Civil do Maiobão onde foram autuados.

Também foram levados para esse plantão de polícia Douglas Regivan Gomes Barbosa, de 29 anos, e dois adolescentes suspeitos de cometerem assaltos no Maiobão utilizando um simulacro de arma de fogo.

A polícia informou que esse trio criminoso estava fazendo um arrastão durante a noite de sábado, 30, e madrugada do último domingo. Os militares foram comunicados e conseguiram abordar os assaltantes. Com eles, a polícia apreendeu uma motocicleta Suzuki Ves de cor azul e vários produtos oriundos de roubo. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 02 / 10 / 2017	12		

Assaltante é morto a tiros em ônibus por policial à paisana

Um assaltante foi morto após uma troca de tiros com um policial à paisana, dentro de um ônibus da linha Coqueiro, de placa OJM - 8729, durante a tarde de ontem (1º). O assalto foi realizado por um homem que ainda não identificado por não portar nenhuma documentação, que utilizando um revólver, anunciou o assalto nas proximidades da Oleama, na Estiva. O policial que estava dentro do ônibus reagiu e o assaltante morreu na hora. O agente da polícia foi atingido por disparo

no rosto e outros dois passageiros também foram alvejados por balas e em seguida receberam atendimento médico.

PRISÕES

Por intermédio da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), a Polícia Civil prendeu em flagrante César Roberto Sodré Rodrigues, o 'Xixito', de 31 anos; e Ayrthon Cesar Almeida Rocha, 22. A dupla foi presa na Areinha, na manhã de sábado (30).

De acordo com o titular da Seic, delegado Tiago Bardal, com César

e Ayrthon a polícia encontrou uma arma de fogo do tipo pistola, calibre ponto 40, acompanhada de 38 munições e cinco carregadores; além de resquícios de substância entorpecente que havia sido comercializada há pouco tempo. Conforme Bardal, 'Xixito' é um dos principais integrantes do Bonde dos 40 na região, sendo responsável pela prática de tortura contra membros da facção, que transgridam as regras do grupo criminoso, fato que foi divulgado em mídias sociais por meio de vídeos, onde pessoas eram

atacadas com pedaços de madeira por 'Xixito' e por seus comparsas. A Seic informou que 'Xixito' foi preso três vezes por porte ilegal de arma de fogo, lesão corporal, roubo, uso de documento falso e homicídio. Após análise policial, a dupla flagrada foi autuada nos crimes de integrar organização criminosa armada (Art.2, parágrafo 2 da lei 12.850/13), posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (Art.16 da lei 10.826/03) e tráfico ilícito de entorpecentes (Art.33, caput, da lei 11.343/06).

Homem com tornozeleira eletrônica é preso por PMs portando revólver

Policiais da Ronda Policial do 3º BPM prenderam Leonardo da Silva Paula, 24 anos, na sexta-feira (29), no bairro Nova Imperatriz, por volta de 15 horas. Os militares estavam realizando um trabalho de rotina quando avistaram Leonardo. Ao abordá-lo, foi encontrado com ele um revólver calibre 38, municiado com seis projéteis. A surpresa maior dos policiais foi quando observaram que Leonardo da Silva estava usando uma tornozeleira eletrônica, evidenciando que ele

se encontrava em liberdade provisória e sendo monitorado pelo equipamento. Leonardo da Silva foi apresentado, juntamente com a arma e munições, na Delegacia Regional de Polícia Civil, onde foi autuado em flagrante delito por porte ilegal de arma de fogo. A Polícia Civil não informou qual a origem da tornozeleira que Leonardo está usando. Neste sábado, ele será transferido para a Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz - UPRI, antiga CCPJ.



Leonardo da Silva, que estava com tornozeleira eletrônica, foi encaminhado ao presídio

DIVULGAÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 02 / 10 / 2017	12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Jovens são presos depois de cometerem assaltos

A Polícia Militar efetuou a prisão, na noite de sábado (30), de dois jovens que realizavam assaltos utilizando uma motocicleta azul e uma réplica de uma arma de fogo, no bairro do Maiobão. Um dos jovens era menor de idade e o outro foi identificado como Douglas Regivan Gomes Barbosa, de 20 anos. Após uma denúncia anônima, os policiais militares conseguiram o paradeiro dos acusados que se localizavam ainda pelas proximidades de onde cometeram os crimes. A guarnição, ao avistar os suspeitos na motocicleta, deram ordem de parada, mas os assaltantes não obedeceram e tentaram fugir do local. Douglas Regivan foi interceptado ao dar partida com a moto por um dos policiais, que agarrou pelo capacete do assaltante para evitar a fuga. Além de uma moto Suzuki Yes de cor azul e dois celulares, a polícia apreendeu relógios e pequenas porções de maconha que estavam com os acusados. Uma das vítimas compareceu ao plantão da delegacia do Maiobão e reconheceu os jovens. Os dois foram entregues à delegacia sem lesões corporais.

Apreensão de drogas no Maranhão é quase 60 vezes maior que em 2014

Em nove meses de 2017, o acumulado de apreensão de drogas já é 5,845% maior que nos 12 meses de 2014, segundo levantamento da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc). Os números demonstram que a apreensão de drogas está quase 60 vezes maior do que era em 2014, mais um resultado expressivo dos mil dias do Governo Flávio Dino, completados no último dia 26. Ao longo dos 12 meses de 2014 foram apreendidos 104,27 quilos de drogas enquanto de janeiro a setembro de 2017 foram apreendidos 6,2 toneladas. O resultado expressivo veio a partir da criação da Senarc, um braço da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) especializado no combate ao tráfico de drogas e que foi criado ainda em 2015, no primeiro da gestão realizada pelo governador Flávio Dino.

“De 2015, quando a Senarc foi criada, até agora, nós temos alcançado um recorde atrás do outro. Saímos de aproximadamente 105 quilos de drogas apreendidas em 2014, para as 6,2 toneladas apreendidas em 2017. Um resultado que retrata todo o investimento e a seriedade com que a equipe de delegados e investigadores encara o combate ao narcotráfico dentro dos limites territoriais do Maranhão”, explica o delegado Carlos Alessandro Rodrigues, superintendente da Senarc.

O crescimento das apreensões de drogas é gradativo e se dá por três principais fatores, segundo o delegado: a criação da Senarc, aumento do efetivo da polícia e condições de trabalho. “Nós temos os investimentos feitos pela gestão estadual com a criação da superintendência especializada, novos policiais, novas viaturas e armas, por exemplo, tudo focando no combate ao tráfico, apreensão de drogas, na identificação de quadrilhas e na prisão de líderes do tráfico”, diz.

“Outro fator importante foi a criação do setor de cinofilia, que nos dá apoio de cães treinados especificamente para farejar e encontrar drogas diversas, armas e suspeitos durante as



A apreensão de drogas, de acordo com levantamento da Senarc, bate recordes

operações; além desses fatores, temos a participação da população por meio de um aplicativo de mensagens, no qual recebemos denúncias, fotos, áudios e vídeos. Claro que tudo é investigado, mas é a partir dessas denúncias que temos chegado a grandes apreensões”, acrescenta. Uma dessas ações oriundas das denúncias pelo aplicativo de mensagens foi a realizada na semana passada na Região Metropolitana de São Luís, quando 3,2 toneladas de maconha prensada foram apreendidas pela equipe da Senarc.

“Na ocasião, delegados e 25 agentes da Senarc, com o uso de cães, participaram da operação, que foi a maior já feita no Maranhão e a segunda maior do Norte/Nordeste em 2017. A apreensão também conta com outro recorde, já que foram tirados dos cofres do tráfico aproximadamente R\$ 13 milhões”, conta o delegado Carlos Alessandro.

Antes das 3,2 toneladas da última apreensão, a Senarc já tinha tirado de circulação outras 3 toneladas de maconha prensada, totalizando 6,2 toneladas de drogas apreendidas e incineradas pela Polícia Civil do Maranhão. Outro índice que tem registrado aumento significativo é a apreensão de envolvidos com o tráfico de drogas. Em 2014, 118 pessoas foram detidas por envolvimento com tráfico.

Nestes nove primeiros meses de 2017, o número já chega a 341 homens e mulheres devidamente identificados e detidos por tráfico. As armas de fogo também foram

mais apreendidas em 2017, sendo 49 até setembro, contra 17 em todo o ano de 2014.

MAIS OPERAÇÕES

Entre as apreensões de maior impacto estão as de abril de 2017, quando 1,7 tonelada de maconha prensada foi apreendida em Mirando do Norte e no Conjunto Alvorada, em São Luís.

Outra ação que vem crescendo é a erradicação de plantações de maconha, já que em maio deste ano 167 mil pés de maconha foram destruídos pela Polícia Civil nas cidades de Centro Novo, Centro do Guilherme e Maracaçumé. O plantio renderia aproximadamente 3 toneladas de maconha.

Segundo o titular da Senarc, a maconha é a droga mais apreendida pela polícia. “A maconha ainda figura entre as substâncias mais apreendidas, corresponde a 80% de apreensões. Ela vem seguida do crack, cocaína e da pasta base, que completam os outros 20% das apreensões”, relata o delegado Carlos Alessandro.

A Senarc conta atualmente com dois cães no setor de cinofilia da superintendência. Vini e Clock, cães da raça Pastor Alemão Belga, apoiam na identificação de drogas como maconha, crack e cocaína, além de auxiliarem os policiais na localização de armas de fogo escondidas pelos suspeitos. Por meio do número (98) 9.9163-4899, que funciona 24 horas por dia, a população pode enviar denúncias por meio de mensagem de texto, áudios e vídeos, tudo com sigilo da identidade garantida pela Senarc.